

**ATA N.º 07/2022**

----- Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 28 de dezembro de 2022-----

----- Aos 28 dias do mês de dezembro de 2022, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- 1 - Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara;-----

----- 2 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Despesas de manutenção da época balnear da Praia da Tocha 2022;-----

----- 3 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Construção da ciclovia das Berlengas – Revisão de preços;-----

----- 4 - Apreciação, discussão e votação da proposta de anulação do subsídio atribuído à Freguesia de Murte de / Obras de ampliação do cemitério de Murte de;-----

----- 5 - Apreciação, discussão e votação das minutas dos contratos de delegação de competências para o ano de 2023 a celebrar com os Diretores dos Agrupamentos de Escolas do Concelho;-----

----- 6 - Apreciação, discussão e votação da autorização da assunção do compromisso plurianual do Concurso público para: “Locação operacional, em regime de renting de equipamentos de cópia, digitalização e impressão, subscrição de contratos de assistência técnica e remota de equipamentos do Município” – CP-CCP-ABS n.º 03/2023;-----

----- 7 - Apreciação, discussão e votação da 5.ª revisão (alteração) orçamental modificativa ao orçamento da receita e da despesa e às grandes opções do plano para o ano de 2022;-----

----- 8 - Apreciação, discussão e votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2023;-----

----- 9 - Apreciação, discussão e votação da proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o Ano de 2023;-----

----- 10 - Relação das Isenções das Taxas Municipais concedidas / 2.º semestre de 2022 pela Câmara Municipal de Cantanhede.-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, João Moura, conferiu com a Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, tendo informado que o Sr. Daniel Regra Dias renunciou ao mandato, sendo substituído pelo Sr. Silvério Soares Ramos. Pedido de substituição do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã pela sua Secretária, Sr.ª Gisela Parreiral.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 05/2022, da sessão da Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2022.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Áurea Andrade, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que irá votar favoravelmente aquele documento, no entanto alertou para o facto de o mesmo ter sido enviado no dia anterior à presente sessão, não dando tempo suficiente para que pudesse ser lido e analisado com alguma atenção. Referindo que tal não tem acontecido, apelou a que não volte a acontecer.-----

----- Não havendo mais pedidos intervenção, nem qualquer pedido de alteração por parte dos presentes, colocou a Ata n.º 5/2022, de 30 de setembro de 2022, a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 1 de outubro de 2022 a 28 de dezembro de 2022,

informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida deu início ao período Antes da Ordem do Dia, passando a palavra ao Sr. Primeiro Secretário, José Maria Maia Gomes, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, interveio da seguinte forma: *“Vivemos tempos anormais na governação do nosso país. Temos um governo à deriva. Todos os dias surgem novos casos chocantes de descrédito dos políticos que nos desgovernam, é o descrédito absoluto de um governo propagandista. Vem isto a propósito da recente propaganda do governo sobre os aumentos das participações financeiras da Segurança Social. Propaganda enganosa e habilidosa que continua a empobrecer as famílias e a colocar as IPSS numa situação de garrote financeiro insustentável, sempre com propaganda de que estão a fazer o que nunca foi feito. Infelizmente, estão a fazer o que nunca foi feito, mas pela negativa. Na semana passada, o Governo deu uma esmola às IPSS. Deu um presente de Natal envenenado, ou seja, o Governo socialista para além das políticas de empobrecimento das famílias, está a pôr a corda na garganta das IPSS ao deliberar aumentos de 0,8% para o ano de 2023 das participações da Segurança Social. Mas a arrogância do quero, posso e mando socialista vai mais longe. Antecipou em 2022 pagamentos de 2023, ou seja, o dinheiro que deu em 2022, o tal presente de Natal envenenado vai ser descontado em 2023. Quanto aos aumentos de 2023, vão ser os seguintes, uma criança vai receber mais 0,42 euros por mês, isto comparado com os 500.000,00 euros que a Secretária de Estado do Tesouro recebeu de mão beijada. Um idoso em lar vai receber mais 3,76 euros por mês, os tais 0,8%. Realmente comparem isto com os 400.000,00 euros que a Senhora Secretária de Estado recebeu de mão beijada. Um idoso em Centro de Dia vai receber mais 1,2 euros por mês. Comparem isto com os 400.000,00 euros que a*

Senhora Secretária de Estado do Tesouro recebeu de mão beijada. Um idoso vai receber mais 2,44 euros por mês. Comparem isto com os 400.000,00 euros que a Senhora Secretária de Estado do Tesouro recebeu de mão beijada. Enquanto isto, o Ministro Pedro Santos, desbarata milhares de milhões do erário Público em brincadeiras com a TAP. Agora privatiza. Agora privatiza, logo desprivatiza, mas primeiro nacionaliza, depois desprivatiza. Para além disso põe a sua mão protetora de braço dado com o Ministro Medina, o tal que os lisboetas correram de Lisboa, mas que o amigalhaço Primeiro-Ministro chamou para o seu lado, dizia, põe a sua mão protetora sobre o escândalo dos 500.000,00 euros recebidos pela Secretária de Estado do Tesouro. Este desbaratado socialista dos dinheiros públicos com os seus amigos e fiéis, dava para salvar muitas IPPS e ajudar muitas famílias. Obrigado.” ----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. José Vieira, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, apresentou as seguintes preocupações: - Referiu ter conhecimento que ainda existe algum amianto, principalmente, na zona centro da cidade e questionou se é ou não do conhecimento da Câmara e, se sim, se a Câmara pretende fazer alguma coisa; - Deu os parabéns à Câmara pela obra feita no Bairro Vicentino, nas habitações, bem-feita e bem pavimentada. Acrescentou que, naquele Bairro foram também feitas obras de canalização e as ruas foram todas rasgadas e tapadas, no entanto, as estradas estão todas esburacadas, porque o que foi feito não deixou a estrada em condições. Questionado um responsável da Câmara que andava na obra, o mesmo referiu que não iriam pavimentar aquela zona pelo que, sugeriu que alguém fosse verificar para verem os buracos existentes devido à chuva, fazendo parecer ruas do terceiro mundo; - Relativamente à casa da antiga Gávea, informou que o telhado já abateu e que as infiltrações estão a apodrecer a estrutura toda da edificação, pelo que se deve ter



atenção àquela situação, porque sendo património, deve ser feita alguma coisa para que se consiga recuperar a tempo. Alertou ainda para o facto de lá existir, em frente, uma escultura que tem algum valor, estando à mão de semear e que um dia destes poderá desaparecer.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, questionou sobre quais os locais, no centro de Cantanhede, onde existe amianto.-----

----- Respondeu o Sr. José Vieira não conseguir concretizar os locais, pois são extensões, coberturas, etc.. que pertencem a particulares, sendo conhecimento de alguns vizinhos e que facilmente são identificados no google.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Joana Seabra, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que, no dia 22 de dezembro houve a audição de peticionários pela reabertura da urgência ou no mínimo da consulta aberta de Cantanhede, pelo que, enquanto médica do concelho não poderia deixar passar a Assembleia sem esclarecer alguns assuntos. Assim, recordou que havia uma urgência no Hospital de Cantanhede que encerrou há muitos anos e que deu lugar a uma consulta aberta assegurada nas instalações no Hospital pelos profissionais de saúde da UCSP de Cantanhede. Referiu que, nessa altura, aqueles profissionais que não estavam nos seus postos de trabalho habituais, deixavam de ver os seus utentes, de prevenir a doença e de promover a saúde dos mesmos. Acrescentou que, decorrente do protocolo assinado, o então Diretor Executivo do ACES, sem falar com aqueles profissionais, decidiu que seriam os médicos e os profissionais do Centro de Saúde a assegurar aquela consulta aberta. Também nesse protocolo constava que se iriam manter os exames complementares de diagnósticos no Hospital, mas apenas havia acesso ao raio X e ao ECG e em horário reduzido, não havendo ecografia, estudo analítico ou qualquer outro tipo de exames. O protocolo

referia ainda que, se fosse necessário, deveriam ser contratados mais profissionais extra aos que já existiam, o que também nunca foi feito. Referiu ainda que, com o COVID-19 a consulta aberta desapareceu e fechou, existindo agora nas diferentes unidades uma consulta de inter substituição, em algumas unidades até às 20:00h, noutras até às 18:00h, mas onde só se pode observar utentes daquelas unidades, e ao fim de semana existe uma consulta alargada, das 10:00h às 18:00h, mas com o raio X disponível apenas ao sábado de manhã. Acrescentou que a consulta alargada é organizada ao fim de semana pelas diferentes unidades de saúde do concelho, entre os diferentes coordenadores daquelas unidades. Concluiu que, o que ficou combinado e assinado com o Município, logo deste início, não foi cumprido e agora a consulta foi retirada, sem sequer uma conversa com o Município e com as diferentes entidades de saúde. Constatou todos saberem que o serviço de urgência do CHUC está lotado, já com alguma desumanidade no atendimento, mas não por culpa dos profissionais que estão cansados, tendo feito mais sentido não fecharem o Hospital dos Covões e a consulta aberta em Cantanhede. Acrescentou que, com o aumento das infeções respiratórias e com o aumento da ida às urgências, pediram aos cuidados de saúde primários para verem mais agudos, para estarem mais tempo abertos, para darem mais horas, mas esquecem-se que esses profissionais são sempre os mesmos, começam a ficar cansados e têm falta de recursos. Informou, de seguida que, em Cantanhede, há uma unidade com menos 1,5 Médicos e sem 2 Assistentes Técnicos, outra unidade sem 2 Médicos de Família e ainda outra unidade sem 1 Médico de Família e sem 5 Assistentes Técnicos para 10 equipas de saúde que está a trabalhar no momento, agora, com 3 Assistentes Técnicos. No entanto a ARS diz que tão cedo não vai haver concursos para Assistentes Técnicos, devendo as Câmaras resolver, mas como? Se são assuntos que vêm do Estado diretamente? Referiu ainda que há

concursos de mobilidade que podiam fazer com que os Médicos viessem para o concelho mas estão impugnados há mais de 6 meses e, por causa disso, essas vagas não podem ser ocupadas por outros concursos. Por fim, informou que o Ministro da Saúde referiu, há poucos dias, que haveria abertura no início do ano de cerca de 20 unidades de saúde familiar de modelo B, o que faria com que mais portugueses tivessem Médicos de famílias, mas na realidade, não haverá abertura de unidades de saúde familiar de modelo B, mas sim, unidades de saúde familiares modelo A que passam para modelo B, as quais já têm os seus Médicos de família e os utentes, não aumentando o número de Médicos de Família. Afirmou assim, que se deve exigir mais condições, mais concursos e novas reformas, para que a saúde melhore e para salvar o Sistema Nacional de Saúde e que, está pronta para lutar pelo concelho que merece profissionais de saúde nos cuidados de saúde primários e uma urgência básica. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, debruçou-se sobre os seguintes assuntos: - Relativamente à Estrada Florestal n.º 1 que liga da zona de Mira à estrada que vai da Tocha para a Praia, informou que está por acabar, constituindo algum perigo porque a cada 500 metros existem buracos que tornam o caminho um bocado penoso; - A pedido de 4 motoristas, sugeriu a retirada da rotunda existente no Casal do João, a qual dificulta a manobra aos motoristas de pesados que vêm do lado da Figueira da Foz, para virar, nomeadamente, para a Cooperativa; - A pedido de alguém dos Bombeiros, referiu que fazia sentido a aquisição de uma moto 4, com tração às 4, de preferência com guincho, para missões de busca e salvamento, porque as viaturas todo o terreno, às vezes não chegam onde uma moto 4 chega. No final da sua intervenção, procedeu à leitura de um texto de agradecimento, do seguinte teor: *“Partido Chega Cantanhede. Assunto: Agradecimento. Cedência do auditório da*

Biblioteca Municipal para realização da reunião magna distrital do Partido Chega em Cantanhede, ocorrida em 26/11/2022. Ex.mos Senhores, Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, Dr.ª Helena Teodósio, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, Dr. Pedro Cardoso, Sr. Casas de Melo e Senhora Maria João. Na qualidade de líder e representante da bancada do Partido Chega, na Assembleia Municipal de Cantanhede, e em nome do grupo de trabalho de Cantanhede do Partido Chega, venho por este meio agradecer a Vossa Excelência e ao Senhor Vice-Presidente, a cedência do auditório da Biblioteca Municipal na qual ocorreu a reunião magra distrital do Partido Chega, agradecimento extensivo aos funcionários da Câmara Municipal de Cantanhede pela sua disponibilidade e colaboração. Esta atitude demonstra um gesto de sensibilidade democrática, a qual teve um honroso acolhimento, digno deste elogio e agradecimento, por parte do Partido Chega. Os meus respeitosos cumprimentos.”-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Amélia Castilho, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, debruçou-se sobre os seguintes assuntos: - Relativamente à última ata aprovada, da sua leitura percebeu que estava omissa a resposta que foi dada à questão colocada pelo público relativamente à possibilidade de se esterilizarem as gatas. Recordou que, na altura, foi dito que não se podiam esterilizar porque sendo animais de rua, não poderiam ser devolvidos novamente à rua. Afirmou ter dúvidas se será mesmo assim, porque sabe que há Municípios, nomeadamente Anadia, onde se fazem campanhas de esterilização de gatas, sendo os animais marcados na orelha e libertados para o ambiente. Solicitou assim esclarecimento sobre a legislação que suporta a decisão do Município relativamente àquela matéria; - Relativamente à discussão da petição na última quinta-feira na Assembleia da República, tendo muitas dúvidas sobre a eficácia

da estratégia seguida pelos peticionários, afirmou ser solidária com a necessidade de se mobilizarem para defender uma melhor resposta dos serviços de saúde no atendimento das situações agudas que potencialmente podem ser resolvidas a nível local e estar disponível para colaborar com aquele desígnio. Contudo, lamentou algumas expressões usadas pela Sr.ª Vereadora Célia Simões, que, apesar de não ter sido essa a intenção, usou expressões desrespeitosas que ofendem a instituição CHUC, os profissionais de saúde e os doentes ali tratados, o que lamenta. Constatou todos reconhecerem as consequências negativas para os doentes e para os profissionais resultantes da sobrecarga no atendimento das urgências dos CHUC, mas considera ter sido utilizada uma linguagem claramente excessiva, que está gravada e disponível para quem a quiser ouvir. Afirmou conhecer a Sr.ª Vereadora Célia Simões há muitos anos e acreditar sinceramente que não era seu objetivo ofender a instituição, nem os profissionais que lá trabalham, contudo, na política não pode valer tudo.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Áurea Andrade, a qual interveio da seguinte forma: *“Sobre o assunto da consulta aberta destinada a doentes agudos, assunto mais falado nos últimos tempos e utilizado como arma de arremesso ao longo dos sucessivos Governos, importa lembrar o seguinte: Há quinze anos que foi encerrada a Urgência Básica no Hospital de Cantanhede. E, durante os ditos 15 anos este Município defende a Reabertura da dita Urgência básica de forma veemente e sempre nos mesmos termos. Importa lembrar, que nestes últimos 15 anos muitos governos passaram, de diferentes quadrantes políticos, e o resultado qual foi? Sempre o mesmo. Importa também lembrar que quando fazemos e defendemos os assuntos sempre da mesma forma, naturalmente que obteremos sempre os mesmos resultados. Pode até parecer, aos mais desatentos, que esta forma de “exigência”,*

atendendo aos resultados, perante vários governos e vários ministros, mais não será do que uma tentativa de branqueamento das pessoas envolvidas naquela que foi a decisão de há quinze anos atrás: transformar a urgência básica numa consulta não programada destinada a doentes agudos. Como tudo na vida, importa evoluir e procurar novas estratégias e formas de defender aquilo em que todos queremos e acreditamos - mais e melhores respostas de saúde adequadas à população do concelho de Cantanhede. O atendimento aos doentes agudos é um aspeto muito importante, mas não é garantidamente o único. É por isso importante, que todos os intervenientes no concelho defendam respostas de saúde integradas e de proximidade, que respondam cabalmente às necessidades da população do nosso concelho. É importante que quem tem capacidade informativa, contribua fortemente para a literacia em saúde dos cidadãos. É importante informar os cidadãos das respostas existentes, que não sendo Urgência básica, existem no concelho como foi plasmado numa reportagem da SIC no passado dia 24 de dezembro. Estas respostas chegam? Sim. Satisfazem-nos? Naturalmente que não. Mas o que devemos defender e construir são respostas complementares às que já existem, não só no atendimento de agudos, mas também nas respostas de proximidade, de que o concelho tem dados excelentes exemplos, reconhecidos a vários níveis, mas curiosamente, muito pouco divulgados no concelho. É preciso uma procura muito atenta para conseguir encontrar nos meios de divulgação do Município referência, por exemplo, às atividades do Hospital de Cantanhede, muitas vezes apresentadas em órgãos de comunicação social, tal como no passado dia de Natal, nos canais noticiosos da RTP, sem nenhum impacto de reconhecimento a nível local. Não se vislumbra, nos canais locais, qualquer tipo de contributo para a literacia dos munícipes no que respeita ao acesso aos serviços de saúde. Esta divulgação é da responsabilidade do Município? Talvez

não. Mas o Município pode contribuir nesta divulgação? Claramente que sim. Este exemplo de trabalho partilhado entre todos os intervenientes locais para a promoção dos cuidados de saúde de proximidade é a base do conceito de Sistema Local de Saúde. Conceito que já apresentado nesta Assembleia pelos deputados do Partido Socialista e, desvalorizado pela mesma. Conceito que defendemos em campanha autárquica e, que foi comentado num debate eleitoral, que era um conceito de 1999 e que, ouvidos muitos especialistas, se não tinha servido para os outros, também não serviria para o Concelho de Cantanhede. Curiosamente, é este mesmo conceito que a Comunidade Intermunicipal (CIM) alega, e bem, como sendo uma das intervenções da responsabilidade das autarquias “o acompanhamento aos sistemas locais de saúde, em especial nos cuidados de proximidade e nos cuidados na comunidade, no planeamento da rede de estabelecimentos prestadores e na participação nos órgãos consultivos e de avaliação do sistema de saúde”. Pelo exposto, os Deputados desta Assembleia eleitos pelo Partido Socialista recomendam ao executivo do município o seguinte: Ponto 1 - Criar, conforme estabelecido, no artigo 9º do Decreto-Lei n.º 23/2019 de 30 janeiro, o Conselho Municipal de Saúde, ainda inexistente no concelho. A este Conselho Municipal compete o seguinte: a) Contribuir para a definição de uma política de saúde a nível municipal; b) Emitir parecer sobre a estratégia municipal de saúde; c) Emitir parecer sobre o planeamento da rede de unidades de cuidados de saúde primários; d) Propor o desenvolvimento de programas de promoção de saúde e prevenção da doença; e) Promover a troca de informações e cooperação entre as entidades representadas; f) Recomendar a adoção de medidas e apresentar propostas e sugestões sobre questões relativas à saúde; g) Analisar o funcionamento dos estabelecimentos de saúde integrados no processo de descentralização objeto do presente decreto-lei, refletir sobre as causas das situações analisadas e propor as

ações adequadas à promoção da eficiência e eficácia do sistema de saúde. Ponto 2 - Elaborar e rever, conforme estabelecido no recente Decreto-Lei n.º 84-E/2022, de 14 de dezembro, ouvidos outros órgãos, nomeadamente o supracitado Conselho Consultivo da Saúde, a Estratégia Municipal da Saúde - "um instrumento de planeamento estratégico que contempla, a nível municipal, as linhas gerais de ação e as respetivas metas, indicadores, atividades, recursos e calendário". Esta estratégia, deverá contribuir para a base da Estratégia Supramunicipal da Saúde que a CIM também refere no seu comunicado de 22 de dezembro, reforçando que tem a responsabilidade da elaboração da mesma, assim como os respetivos municípios. Assim, ressalva-se a importância destas propostas, que consideramos essenciais, estando, como sempre estivemos, disponíveis para trabalhar em conjunto, assim o entenda o Executivo Municipal. Importa ainda salientar, que o recente contexto que se perspetiva para a integração de três unidades de saúde no Distrito, o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (CHUC) e duas do concelho de Cantanhede: o Hospital Arcebispo João Crisóstomo (HAJC) e o Centro de Medicina Física e Reabilitação do Centro Rovisco Pais (CMFRCRP), pode ser a oportunidade de criação de novas sinergias, naturalmente salvaguardando o perfil de cuidados de saúde do HAJC e do CMRCRP, os cuidados de proximidade e a resposta cabal à população do Concelho em situações pouco urgentes e não urgentes, evitando o recurso ao Serviço de Urgência do CHUC ou do Hospital da Fig. da Foz. Importa salientar que o Concelho de Cantanhede tem uma população com um Índice de Envelhecimento de 241,4, quando o nacional é de 167. O Índice de dependência dos idosos no Concelho de Cantanhede é de 43,9, quando o do país é de 35. E o Índice de Longevidade no Concelho de Cantanhede é de 53,4 – quando o do país é de 48,7. Se falarmos em número de pessoas com 65 anos e mais, temos no concelho mais de 10.000 pessoas,

às quais importa dar resposta cabal aos seus problemas de saúde relacionados com o envelhecimento. É nossa convicção que, com uma nova voz diferente dos últimos quinze anos e com uma estratégia concertada e bem definida, Cantanhede possa contribuir de forma muito mais proactiva para o desenvolvimento de mais e melhores cuidados de saúde, que todos ambicionamos. Assim, pela manutenção de um Serviço Nacional de Saúde, cada vez mais forte, mais coeso e mais solidário, que não deixe ninguém para trás contém com o total apoio dos deputados desta Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Socialista.” -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, desejando que todos tenham passado um Natal da melhor forma e que, apesar de todos os sinais negativos, o próximo ano 2023 seja um momento de esperança, passou a responder às intervenções anteriores, da seguinte forma: -

Relativamente à intervenção do Sr. Secretário da Assembleia Municipal, referiu-se à situação difícil das IPSS, que não só atravessam problemas com os custos que tiveram e que têm, ao nível da energia, dos combustíveis, do pessoal, e não tiveram acerto relativamente às verbas que recebem. Afirmou que se deve continuar a fazer pressão no sentido de sensibilizar a tutela do trabalho e da cobertura excelente que o Município tem, apesar de que, o facto de Cantanhede ter uma cobertura acima da média nacional, não faz com que muitas das IPSS's não necessitem de obras de requalificação ou de alargamento. Assim, informou que, no momento, à exceção da Pocarixa, nenhuma outra conseguiu ter uma candidatura aprovada, porque há indicação de que a cobertura no concelho é muito boa. Referiu ainda que, apesar de existirem em outros locais no país, IPSS's em pior situação, pretende-se melhorar e requalificar, pelo que se deveria ajudar as instituições que o necessitam; -

Relativamente ao amianto, informou que ao nível dos edifícios municipais, foi tudo retirado. Relativamente aos particulares, apesar do sigilo pretendido, afirmou que seria importante transmitir a informação ao Urbanismo para que possa haver um contacto no sentido de sensibilizar os proprietários ou enveredar para outro tipo de mecanismos; - Relativamente ao Bairro Vicentino, recordou que o mesmo foi requalificado e que foram já entregues as últimas chaves. Acrescentou que se poderia ter feito algumas coisas diferentes, mas como era requalificação com fundos comunitários, não se podia alterar o que já existia. Acrescentou ainda que as pessoas ficaram satisfeitas com o espaço que, neste momento, tem dignidade e que os Serviços de Ação Social irão acompanhar algumas situações mais sensíveis lá existentes. Esclareceu que a empreitada que foi candidatada destinava-se à requalificação e à reconstrução das casas, bem como, à requalificação de algumas áreas envolventes, nomeadamente as que estão com pavê, bem como algum tapete que foi já colocado e que ainda se encontra sem marcações de estacionamento, por causa do tempo que não o permitiu. Esclareceu ainda que, relativamente ao resto da envolvente, existem duas situações: - Uma delas, nos locais onde a INOVA andou a fazer intervenções, o piso está péssimo, porque foi todo realmente retalhado. Acrescentou que, naqueles locais o tapete já foi colocado na Vala, mas a estrada será toda revestida alcatroada e marcada, estando a empresa Municipal a agilizar com o procedimento, devido ao mau tempo que se faz sentir; - A outra, relativa a uma área que ainda não foi intervencionada, que será feita por administração direta pela Câmara, diz respeito a uma abertura no final do loteamento e que vai dar à estrada que vai para Outil, sendo uma forma muito mais fácil de aceder ao centro de Cantanhede. Referiu existir outra, quase paralela, que está má devido às intervenções da INOVA e que ainda não foi intervencionada, mas que a Administração Direta



também já tem calendarizada para intervenção. Acrescentou ser evidente que o tapete é necessário, não só em Cantanhede, mas no concelho todo que tem um território muito grande, no qual foram investidos milhões no anterior mandato e se pretende gastar outro tanto no próximo orçamento, pois há sempre correções que ficam por fazer. Relativamente à INOVA, recordou que o Município fez a intervenção a 100% da cobertura de água e de saneamento, tendo o concelho ficado todo retalhado, o que se pretende evitar. No entanto, nesses casos, a INOVA fica responsável por fechar o que foi aberto, compensando a Câmara no resto da via para que as estradas não voltem a ficar como ficavam, estando já calendarizado; - Relativamente à antiga Gávea, com o auxílio de uma pequena projeção, informou que o Departamento de Obras Municipais já elaborou um projeto para a requalificação daquela casa e que a questão da escultura também já foi acautelada. Acrescentou que a casa é muito interessante ao nível arquitetónico, tal como a distribuição das suas divisões, no entanto, segundo a informação técnica, a casa já esta com alguma degradação, tendo sofrido um incêndio que a debilitou, sendo pretensão da Câmara que seja uma zona marcante para a cidade, não só pelo edifício, mas também pela sua envolvente. Informou de seguida que, os terrenos por trás daquele edifício já foram adquiridos por um investidor que pretende construir em altura, umas dezenas de apartamentos, o que fará com que aquela zona seja muito procurada e proporcionará a Cantanhede mais habitação. Informou ainda que, está projetado um arruamento entre a ETPC e a antiga estrada que vai ser alargada, mantendo a traça inicial, dando-lhe outra dignidade para que possam para lá transitar outros tipos de serviços que o Município pretende transferir aquela zona. Comunicou que há cerca de 15 dias, foram a Lisboa para uma reunião com o Sr. Secretário de Estado das Autarquias Locais para tentar obter financiamento, sem resultado. No entanto, irão enviar algumas propostas e

estarão atentos a candidaturas a fundos comunitários, destinadas a requalificações. Naquela reunião foi informado que o ano de 2023 vai ser dedicado às Juntas de Freguesia, para requalificação das suas sedes ou dos seus equipamentos. - Relativamente à intervenção da Sr.^a Joana Seabra, referiu que, sendo da área, sabe do que está a falar com certeza e diariamente sente o que realmente aconteceu ao longo do tempo. Relativamente à consulta aberta, confirmou tudo o que foi dito, nomeadamente que há muitos anos que não há cumprimento, tendo como consequências o esvaziar de muitas extensões, o descuido no acompanhamento naquelas mesmas extensões, o pressionar de muitos médicos e enfermeiros para a questão da consulta aberta, não levando a desempenhar a função pretendida. Referiu estarem todos na Assembleia para tentar lutar pelo que é mais benéfico para Cantanhede; - Relativamente à estrada florestal onde, supõe estar a ser construída a Eurovelo, referiu não ser propriedade municipal nem da Junta de Freguesia, mas sim do ICNF que, já por várias vezes transmitiu não ser uma estrada para os carros circularem, mas para transporte de madeiras. Afirmou de seguida existir um bom relacionamento com o ICNF, que tem estado sempre disponível, tendo os seus técnicos apoiado o Gabinete Técnico Florestal aquando da candidatura à reflorestação. Recordou que aquela intervenção é uma candidatura da Comunidade Intermunicipal, para a Eurovelo, que é pista ciclável que liga Portugal ao resto da Europa, passando por Mira, Cantanhede e Figueira da Foz, a qual ainda não está concluída. Referiu que, em termos meteorológicos, os últimos tempos não têm sido simpáticos para as intervenções no exterior, e que espera que com a paragem da chuva, a obra venha a ser novamente reposta e finalizada porque já está a demorar há algum tempo; - Relativamente à rotunda no Casal do João, informou que a questão será analisada ao nível, não só do trânsito, mas também das obras, sendo de seguida

prestada a informação; - Relativamente à questão dos gatos, deu nota que se está a terminar o alargamento da área do novo gatil na zona onde tem o canil, e que a nova Veterinária tem também a sua opinião sobre aquelas questões, sobre as quais o Sr. Vereador informará de seguida. Quanto à questão da esterilização das Gatas informou que pode ser feito, no entanto, há que ponderar o facto de, quando uma gata é esterilizada levar um chip sendo solta para a rua, mas se provocar algum acidente com algum carro, o responsável pelo mesmo será o Município. Acrescentou também que existem muitas queixas de pessoas que não admitem terem tudo cheio de gorduras, de comida que outros despejam na rua para alimentar os gatos e que não concordam com esse tipo de atitude, não sendo uma situação fácil de gerir. Acrescentou ainda que, ninguém gosta de ver os animais errantes a passar fome, e que, através do gatil e do reforço da sua equipa, vai-se tentar resolver as questões mais delicadas que forem surgindo, estando sempre recetivos a falar com as pessoas. Relativamente aos locais próprios para os animais se alimentarem, referiu que na cidade, não seria o mais indicado, mas sim num local mais afastado, no entanto, as pessoas que os querem alimentar, decerto, não se deslocariam para a Zona Industrial ou para outro lado qualquer. Finalizou afirmando ser uma solução a ponderar e que aceita sugestões sobre um possível local onde pudessem alimentar os animais, apesar de não ser fácil encontrar, sobretudo em zonas já muito habitadas. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Vereador, Adérito Machado, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, em relação àquela situação informou existir um programa contemplado na lei, o programa CED - Captura, Esterilização e Devolução do animal apenas para gatos, no entanto, como já foi dito, a partir do momento em que são capturados, esterilizados, levam chip e são devolvidos, o gato é do município, ficando da sua responsabilidade.

Informou, de seguida que, com a alargamento do gatil, se pretende capturar os gatos que não têm dono e que andam pela rua a vaguear, representando focos de infeções, porque, será essa mesma a questão, aceitar que os gatos, a partir do momento que são devolvidos à natureza, fazendo parte do ambiente social, das ruas e das cidades, assim como há seus defensores, também há os habitantes que afirmam que causam muitos danos e muitos prejuízos, além de não serem higiénicos. Referiu que, para uma cidade como Cantanhede, com boa qualidade de vida e que cuida dos jardins e do ambiente, ter gatos assim a reproduzir-se não será o melhor, até porque são fruto da sociedade, que os abandona, porque sabem que em certos locais alguém os vai alimentar. Acredita que se deveria tentar capturar ao máximo aqueles animais para tentar anular os focos que existem porque há locais onde esse coabitar não é benéfico, como acontece em frente ao Café Central, onde no Verão, até larvas aparecem. Acrescentou que os culpados são as pessoas, que os alimentam quando lhes apetece, mas que não os recolhem para tratar deles diariamente. Finalmente, afirmou ser um assunto complicado porque os gatos não estão circunscritos a um espaço, vagueiam por vários locais, sujam, não são controlados, não são vacinados e são difíceis de capturar. Concluiu que o Município irá fazer tudo para que os gatos tenham condições, mas no local certo, não na rua. Esclareceu, de seguida que, relativamente à questão da moto 4, o Município adquiriu uma para a Proteção Civil utilizada na última época balnear na Praia da Tocha e existem mais 4 motorizadas todo o terreno que foram oferecidas pelo Município aos Bombeiros.-----

----- Retomou a palavra a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, referindo que, relativamente aos comentários e ao tipo de expressões utilizados pela Sr.^a Vereadora, Célia Simões, a própria poderá responder, no entanto, entende que tiveram a ver com o que poderia ser minimizado caso houvesse uma urgência em

Cantanhede, para não acumular nas urgências do CHUC. Relativamente à questão da divulgação, referiu que, se calhar, por vezes deveriam divulgar mais o que se tem feito com os Hospitais de Cantanhede, os Centros de Saúde, as Extensões e com tudo que tem a ver com a saúde, porque há um grande desconhecimento do que é feito, a questão é se devem divulgar algo que o Hospital faz sem este o pedir, podendo levar a uma interpretação que não pretende. Relativamente ao conceito de Sistema Local de Saúde, afirmou questionar se se pretende a integração ou uma ULS, conforme já foi discutido na altura da campanha. Referiu ainda que devem aguardar para ver o que é realmente melhor, parecendo não ser o pretendido pelo Governo, porque o que foi decidido para Cantanhede foi a integração. Relativamente ao Conselho Municipal da Saúde, informou que só vale a pena existir se se tiver os efeitos que se pretendem e que se executem as coisas, porque para fazer de conta não vale a pena. Acrescentou existirem pessoas na sessão que fazem parte de Conselhos Consultivos que quase não reúnem, o que é pena porque se é consultivo, é mesmo para isso, para consultar.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Vereadora, Célia Simões, a qual, após cumprimentar todos os presentes, solicitou que a Sr.ª Amélia Castilho voltasse a ler o que havia dito.-----

----- A Sr.ª Amélia Castilho repetiu então, *“mas usou expressões desrespeitosas que ofendem a instituição CHUC, os profissionais de saúde e os doentes aí tratados.”* Esclareceu considerar que foi uma linguagem excessiva que está disponível e qualquer pessoa pode ouvir. -----

----- Voltou a intervir a Sr.ª Vereadora, Célia Simões, afirmando que a audiência que está gravada, logo à vista de toda a gente e que não se revê em nada do que a Sr.ª Amélia Castilho disse, até porque terminou a entrevista agradecendo aos profissionais

de saúde do Concelho. Acrescentou reconhecer um grande valor aos profissionais dos HUC, e que, como Vereadora da Saúde, o seu propósito é defender os cuidados de saúde da população do Concelho, tendo sido nesse contexto que foram todos à Assembleia da República. Acrescentou ainda que, o que disse não foi nada desrespeitoso, antes pelo contrário, o que disse foi que as pessoas estão sobrecarregadas de situações que eram evitadas a maioria das vezes se tivessem na proximidade e agradeceu a todos os profissionais de Cantanhede e dos HUC o trabalho que têm feito. Referiu que, em momento algum pensou na parte do Ensino, porque gosta que lhe chamem Enfermeira, porque foi a profissão que escolheu e sabe que é detentora de um conhecimento por excelência dado pelos seus professores, tendo feito o mesmo aos seus alunos quando também foi profissional do ensino. Referiu terem sido eleitos pelo povo, por partidos diferentes, mas todos com o mesmo objetivo, pela qualidade de saúde das pessoas do concelho e foi isso que quis mostrar, para que as pessoas percebessem que aquilo é um caos, mas não o é pela falta de conhecimentos dos profissionais de saúde. Acrescentou que, se houvesse cuidados de proximidade, as pessoas já não iriam para as urgências, podendo-se resolver aquela situação. Acrescentou ainda que, face ao envelhecimento populacional e à extensão do concelho, poder-se-ia fazer a diferença porque todos sabem como era no antigamente e o que é agora, necessitando-se urgentemente de uma resposta para aquelas pessoas, para que não se sobrecarregue outros serviços, como por exemplo a urgência dos HUC. Também demonstrou o seu reconhecimento para os HUC que têm tido um trabalho muito grande, mas a população do concelho precisa do serviço de urgência e extensões de saúde precisam de ser reforçadas. -----

----- Interveio então o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, questionando sobre qual a posição da bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Cantanhede,

se é a favor de uma consulta aberta? Se de uma abertura de uma urgência básica? Relativamente à eficácia da petição, posta em causa pela Sr.ª Amélia Castilho, referiu ser um direito consagrado na constituição que possibilita a recolha de um conjunto de assinaturas, para poderem ir à Assembleia da República, e perante a Comissão Permanente Parlamentar da Saúde, exporem as suas motivações e ansiedades. Referiu que, no momento, a população precisa do apoio para os casos não agudos ou para os casos agudos que ocorrem durante o dia e que uma urgência ou uma consulta aberta poderia colmatar. Referiu ainda que o que está em causa é a rutura unilateral por parte do Ministério da Saúde e da ARS em relação ao compromisso que assumiu, conforme se verificou no comentário da Deputada Mónica Quintela, que foi muito clara e se sustentou nas questões de direito, afirmando que, não pode entre duas entidades públicas haver unilateralmente uma decisão no sentido de acabar com o Protocolo, encerrando-se a consulta aberta sem falar com o Município, sem dar uma justificação. Relativamente à intervenção da Sr.ª Joana Seabra sobre as fragilidades existentes, havendo falta de pessoal nos Centros de Saúde, ninguém acredita que vai haver uma solução integrada como deveria existir em teoria, porque na prática, há uma escassez enorme de pessoal na área da saúde que foge para o privado, porque o Serviço Nacional de Saúde está pura e simplesmente a desmoronar-se por todo um conjunto de circunstâncias. Relativamente ao entupimento do CHUC, por todas as pessoas que vão à urgência e que estão horas à espera, referiu que poderia haver um alívio se os casos agudos que não necessitam de ir a uma urgência altamente diferenciada e muito custosa pudessem ser resolvidos no Concelho. Acrescentou que, poderia funcionar se a USF tivesse pessoal, porque por força da lei, a USF para atendimento dos casos agudos deveria ter um médico até às 20h00, o que não acontece porque não há pessoal, sendo os médicos dos Centros de Saúde que têm

de fazer esse atendimento. Referiu que, não havendo solução, nos últimos 15 anos piorou, sendo intenção do Município resolver essa questão seja como for, desde que se resolvam as questões da consulta aberta. Afirmou gostar muito de saber qual a posição da Bancada do PS sobre a reabertura da consulta aberta, entre as 8 da manhã e a meia-noite, porque se estiver aberta 24 horas por dia, consome muito o erário público e entre a meia-noite e as 8 da manhã, a maior parte dos casos graves são muito poucos e são encaminhados para Coimbra. Afirmou ver pessoal da saúde do Concelho e de Coimbra a defender uma urgência básica, mas ninguém resolve, sendo discutido de Assembleia em Assembleia. Referiu ainda que a solução tem de vir de cima, por isso pediu aos elementos da bancada do PS que digam o que é que pretendem, porque se o seu entendimento é que não deve haver urgência básica, nem consulta aberta, os restantes Membros da Assembleia saberão com o que contar.

----- Deu, de seguida, a palavra à Sr.^a Áurea Andrade, a qual, antes de responder à questão colocada, informou que, neste momento, não está previsto para Cantanhede um Sistema Local de Saúde, mas sim a integração das 3 unidades, perspetivando-se que se defenda o perfil assistencial e se mantenha o perfil assistencial das 2 unidades do Concelho, do Centro de Medicina Física e Reabilitação da Tocha e do Hospital de Cantanhede, o que é essencial. Esclareceu que o perfil assistencial são os cuidados que aqueles hospitais prestam no momento.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, questionou se está a falar na consulta aberta e na urgência e afirmou ser importante que os dois hospitais mantenham o seu perfil assistencial, porque já em 2007 o protocolo na sua redação dizia que o Hospital Arcebispo João Crisóstomo de Cantanhede teria uma unidade de cuidados continuados e uma unidade de paliativos.-----



----- Voltou a intervir a Sr.^a Áurea Andrade, afirmando ter dito ser importante manter o perfil assistencial daquelas duas unidades e que também é importante manter e incrementar os cuidados de proximidade e a resposta cabal às necessidades de cuidados de saúde das pessoas do nosso Concelho, seja com consulta aberta, seja com urgência básica, assegurando as necessidades de saúde das pessoas do Concelho, consideradas situações pouco urgentes e não urgentes sem necessidade de deslocação à urgência. De seguida esclareceu algumas questões sobre a intervenção da Sr.^a Joana Seabra, nomeadamente: - Relativamente à decisão de mudar a consulta aberta para o Centro de Saúde, a seguir à pandemia, houve na verdade uma decisão tomada pelo Centro de Saúde, de não crer que a consulta voltasse ao espaço onde estava inicialmente, por isso a consulta está hoje no sítio onde está; - Relativamente ao alargamento da consulta aberta, que funciona entre as 10h00 e as 18h30 acredita que o alargamento do horário é da competência do ACES e dos gestores intermédios. Considerou assim que, se tomaram a decisão de a passar para as 18H30, também podem tomar a decisão de a passar para as 20h00 ou até para as 24h00; - Relativamente à questão de falta de profissionais, referiu que há que fazer uma gestão integrada dos profissionais, logo, se existe falta de assistentes técnicos numa extensão têm de os ir buscar onde eles existam, têm que os redistribuir, não podendo hoje correr o risco de ter funcionários a 100% numa unidade ou ter outras a 50% ou menos, ou até fechadas por falta de profissionais; - Relativamente à intervenção do Sr. Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, José Maria Maia Gomes, recordando que, quando o Governo atual aumentou o valor das contribuições para a ARS, foi criticado, questionou como seria se as contribuições fossem congeladas, como foi no tempo da coligação do PSD e do CDS.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, de novo, a palavra à Sr.^a Joana

Seabra a qual passou a responder às questões suscitadas, da seguinte forma: - Na USF de Cantanhede também se tenta gerir os recursos existentes, mas como são muito poucos, não se consegue distribuir mesmo. Acrescentou que, para 10 equipas de saúde, existem 10 assistentes técnicos distribuídos em 5 polos, sendo que, com os assistentes técnicos que estão de baixa e os que foram para a reforma sobram 3, sendo muito difícil distribuí-los pelos 5 polos. Acrescentou que a ARS já disse que não iria abrir concurso para substituir os assistentes técnicos que se reformaram e que, iria ver se os que estão de baixa poderiam voltar ao trabalho, mas no momento, por mais distribuição que se faça, não se consegue; - Relativamente ao encerramento da consulta aberta no Hospital, informou que os Centros de Saúde não têm qualquer poder de decisão ao contrário do ACES, que terá tomado essa decisão das várias unidades funcionais se organizarem para haver uma consulta alargada. Acrescentou que, no momento, a consulta existente é completamente diferente do que existia, e que ocupava os médicos de família que passavam a não estar onde deveriam estar. Referiu ainda que, o que o Município quer é que os médicos de família estejam no seu devido lugar, e que haja, em paralelo, um serviço diferente, com todos os recursos que deve ter e com profissionais contratados para o efeito; - Relativamente ao horário, recordando que a Sr.^a Áurea Andrade, afirmou que, para ela, *“o que existia neste momento em Cantanhede chegava, mas não satisfazia”*, questionou sobre os dados de que dispõe para o poder afirmar. Referiu ainda que, se chegava, porque é que acabou de dizer que deveria estar aberta até às 8h00 ou mais? Informou, finalmente, que a consulta de inter substituição é das 4h00 às 8h00, e às 9h30 da manhã está cheia e ao fim de semana, é das 10h00 às 18h00, e às 11h00 a consulta já está cheia, fazendo com que as pessoas a mais tenham de ir para Coimbra.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, de seguida a palavra à Sr.^a Licínia



Pessoa, a qual, após cumprimentar todos os presentes, referindo que a presente discussão deveria ter lugar no Largo de Febres para que os utentes de Febres, que grande parte deles estão sem médico de família, vissem esclarecidas as suas preocupações. Acrescentou que, todos têm direito a cuidados de saúde de proximidade, sendo inconcebível que, no momento e já há uns largos meses, metade da população de Febres não tem médico de família e para poder ter uma simples consulta, tem de se dirigir à Mealhada ou a Coimbra. Acrescentou ainda que, para terem uma consulta em Febres, as pessoas têm de ir para a porta do Centro de Saúde o mais cedo possível para conseguir uma vaga, assim que abre, pois só há 5 consultas por dia, e depois, perante toda aquela situação, conseguir que a médica que esteja de serviço realmente faça o favor de passar os exames que serão os adequados perante a queixa que têm. Referiu ter conhecimento que existem lá 3 médicas, mas 1 médica tem um horário completo e passa metade do horário a preencher a burocracia e, as outras 2 médicas não têm horário completo.-----

----- Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, afirmando que, o maior problema quando se faz, por vezes, interpretação da história são os anacronismos e que falar da fase em que o Passos Coelho congelou isto ou aquilo, convém saber que teve de o fazer para corrigir situações que se passaram antes. Referiu que esta seria a altura certa para não haver tentações em termos partidários e que, de uma vez por todas, o Partido Socialista entenda que é um bem para o Concelho, e que, juntamente com o PSD e com o Chega, diga à Assembleia Municipal que entende que é importante ter uma consulta aberta ou ter uma urgência básica, mas que o assuma e que o diga. Referiu ainda que a petição poderá não ser a forma ideal, mas é uma forma de pressão e devem, em conjunto, arranjar mais formas de pressão. Relativamente à Consulta aberta no Centro de Saúde recordou que, na altura

esteve na ARS com representantes das bancadas e viu a Sr.^a Presidente da ARS ligar diretamente ao Diretor do ACES a proibir o seu encerramento, mas nada adiantou. Voltou a referir, que o que se pretende era a consulta aberta, tal como estava ou de uma urgência, nem que fosse até a meia-noite, por causa da questão dos profissionais, e não da forma como estava a acontecer, com os médicos a esvaziar as Extensões de Saúde para estarem a fazer consulta aberta. Referiu ainda que a urgência é feita de uma outra forma e é o que se precisa para o concelho de Cantanhede, não só por causa de entupir os CHUC, mas também pela dificuldade que há de ir para o privado para quem não tem outro sistema de saúde que não o SNS. Acrescentou que sempre foi defendido o Serviço Nacional de Saúde, e que o Hospital funcione como um Hospital. Com um serviço de urgência que proporcione aos municípios que vivem ou que trabalham cá, o suporte que não têm. Terminou a sua intervenção afirmando que a Câmara está disponível para o diálogo e espera que também que o Partido Socialista esteja disponível para negociar ou dialogar e para que o grupo de trabalho, agora formado, encontre as soluções ideais para que a saúde em Cantanhede volte a estar ou esteja da melhor da forma.-----

----- Voltou a intervir a Sr.^a Áurea Andrade, respondendo à Sr.^a Joana Seabra, que quando a consulta aberta mudou para o Centro de Saúde e que foi decidido pelo Centro de Saúde e pelo ACES que funcionaria até às 18h30, achava que chegava. No entanto, afirmou não ser o pretendido, pois considera que deveria no mínimo, funcionar até às 20h00, ou até mais tarde, se se pudesse. Relativamente ao Hospital dos Covões informou não estar encerrado, mas sim a funcionar em pleno, no qual foi feito o maior investimento dos últimos tempos, estando disponível para lhe fazer uma visita guiada.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual, após



cumprimentar todos os presentes, debruçou-se sobre os seguintes assuntos: -

Relativamente à iluminação de Natal, iniciativa do município dinamizada em parceria com a Associação Empresarial de Cantanhede e a Junta de Freguesia, referiu ser importante a preocupação do Município na poupança da energia, por via da utilização de materiais mais eficientes, mas também a questão da solidariedade e atenção para com aqueles que passam mais dificuldades devido à presente situação económica do país; - Enalteceu o prémio recebido por Cantanhede, como um dos 10 Municípios portugueses com melhor presença na internet, porque entre as 308 Câmaras Municipais portuguesas, de acordo com o Conservatório da Sociedade da Informação da Universidade do Minho, merece um lugar de destaque pelo *“reconhecimento da qualidade do desempenho global do seu portal, não só da disponibilização e atualização de conteúdos e serviços online aos quais os munícipes podem aceder.”*; -

Congratulou o Município pelo investimento realizado em tecnologia, equipamento e em software e pelo trabalho desenvolvido internamente dentro dos seus serviços para a dinamização e modernização das suas plataformas; - Mais uma vez o Município foi distinguido com as insígnias da ECO 21, sendo o reconhecimento do trabalho positivo feito pela autarquia no desenvolvimento da proteção do meio ambiente; - Referiu e congratulou a iniciativa por parte da INOVA com o ecocentro móvel que chegou a uma grande parte da população do concelho de Cantanhede, cujo resultado considerou positivo, uma vez que foram recolhidos mais de 6 toneladas de resíduos. No entanto, chamou a atenção que em 2020, em Portugal, a produção total de resíduos urbanos foi de cerca de 38%, quando em 2019 tinha sido 41%, quando a meta se pretendia que fosse 50%. Acrescentou que, em Cantanhede, segundo os dados de 2020, foram recolhidas cerca de 2.800 toneladas corresponde a cerca de 20%, pelo que acredita que o Município de Cantanhede está abaixo das metas, não só da média nacional,

como também da meta prevista dos 50%, pelo que apelou a que fossem intensificadas as políticas de maior reutilização e reciclagem por forma a serem atingidas aquelas metas.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Tito Monteiro, o qual, após cumprimentar todos os presentes, questionou sobre a situação da variante da Tocha, da rotunda da N109 até à Zona Industrial e referiu que os caminhos paralelos na freguesia de Cadima estão intransitáveis e que considera ser um trabalho muito grande para a Junta de Freguesia, pelo que deveria ser a Câmara a intervir.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Febres, Raquel Grilo, a qual, após cumprimentar todos os presentes e desejando-lhes um excelente 2023, colocou as seguintes questões: - Chamou a atenção para o facto de ter sido marcada uma feira em Cantanhede para o dia 31 de dezembro, quando as feiras a realizar no dia 1 de janeiro nas três Freguesias onde existem ao domingo, no caso Cordinhã, Febres e Tocha, já tinham passado para o dia 31 de dezembro; - Recordou que no dia 20 de novembro, no Pavilhão do Clube de Futebol “Os Marialvas” ocorreu um encontro Diocesano de preparação para as Jornadas Mundiais da Juventude, no qual estiveram presentes jovens de toda a Diocese. Deu os parabéns ao Município pela iniciativa, pois foi um encontro maravilhoso e os jovens estavam encantados, no entanto, relativamente ao vídeo promocional do Concelho, alertou para o facto de poder ter também alusões a práticas laborais, por exemplo associadas à agricultura e à vinicultura dos produtores locais, à agricultura de subsistência, a algumas atividades culturais e a alguns recursos naturais, arquitetónicos e culturais, para dar uma maior abrangência do concelho. Deu como exemplo a única pista de tartan existente no Concelho e o pavilhão cultural que tem albergado várias iniciativas ao nível do concelho e não só.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual, após cumprimentar todos os presentes, relativamente ao que a Sr.ª Amélia Castilho disse sobre a Vereadora Célia Simões, informou ter ouvido a gravação duas vezes, tendo verificado que a única afirmação que efetuou em relação aos profissionais do CHUC foi *“aquilo é monstruoso”*, referindo-se à sobrelotação das urgências *“e não tem a ver com os profissionais que são fantásticos”*. Acrescentou que, o adjetivo *“fantástico”* não é sinónimo de *“desrespeitoso”* ou *“deselegante”*, e que a Vereadora não se voltou a referir aos profissionais de saúde, nem aos utentes, apenas se referiu à sobrelotação das urgências. Referiu ainda que o próprio Sindicato dos Médicos diz que foram à urgência onde encontraram *“uma urgência sobrelotada com doentes à espera de triagem em condições desumanas”*. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, recordando que a gravação se encontra no canal da Assembleia da República, disponível para quem o quiser ouvir.-

----- Voltou a intervir o Sr. Carlos Fernandes, abordando os seguintes assuntos: - Que a Sr.ª Deputada do Partido Socialista presente, manifestou expressamente desconhecimento sobre o que é, no concelho de Cantanhede, o real funcionamento da consulta aberta, consulta alargada ou consulta de substituição, consoante for chamada. Acrescentou que, ou alguém localmente a informou mal ou, se foi informada diretamente pelos agentes de saúde do seu Partido que gerem a saúde no concelho de Cantanhede, então eles próprios não sabem como é que funcionam os serviços que gerem; - Relativamente a colocação de infraestruturas nas vias municipais do Município, referiu que as infraestruturas enterradas têm várias vantagens em relação às aéreas, nomeadamente custos de manutenção e de reparação, às vezes custos de instalação e, sobretudo, o nível estético e paisagístico. Acrescentou que têm manifestamente menos impacto quando se executam faixas de gestão de combustível

à beira das estradas, quando os proprietários fazem essa mesma limpeza, parecendo-lhe anacrónico que haja empresas privadas a colocar postes onde eles nunca existiram e a encher tudo de cabos em vários locais do concelho, não sendo muito consentâneo com os tempos modernos; - Referiu que a política de custos da ERSUC é uma preocupação que já foi manifestada na CIM, uma vez que pretende aumentar até 300%, e nalguns casos já aumentou a tarifa dos resíduos em cerca de 200%, sendo esses custos imputados aos Municípios, e indiretamente aos consumidores que veem as suas faturas aumentarem; - Informou que, outra preocupação manifestada na CIM pelos Membros do PSD tem a ver com as notícias que têm vindo a público sobre a possível integração do Hospital Arcebispo João Crisóstomo e do Hospital Rovisco Pais no CHUC, e que, atendendo às declarações públicas dos agentes envolvidos no processo, considera que começar a integração na área da saúde por um plano de negócios, vindo de um governo que se diz de esquerda, serão as palavras erradas para descrever o processo. Referiu que, apesar de um dos agentes ter afirmado que *"todas as partes envolvidas estão de acordo"*, as autarquias e a CIM que têm papéis legalmente consagrados, devendo ser ouvidos no processo, não foram ouvidos. Foi ainda afirmado ser evidente que o modelo mais adequado se afigura ser a integração no Centro Hospitalar de referência da região, no entanto, afirmou não conhecer qualquer estudo que seja o modelo EPE ou outro modelo qualquer que possa ser proposto. Afirmou ainda que, o que mais preocupa a Bancada do PSD são os serviços prestados à população e que os serviços dinamizados no Hospital Arcebispo João Crisóstomo, nomeadamente, a questão da consulta aberta ou da urgência, mas também que a utilização do bloco operatório possa ser potenciado e preste uma efetiva assistência à população. Da mesma maneira, afirmou ser importante garantir que o Centro de Medicina e Reabilitação da Região - Centro



----- Continuação da Ata n.º 7/2022 da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 28 de dezembro de 2022.-----

Rovisco Pais mantenha a sua personalidade jurídica e continue a receber utentes referenciados em toda a região e não apenas os que possam vir via CHUC, o que, eventualmente, poderá decorrer da integração, até porque aquele espaço tem condições ímpares em Portugal para turismo de saúde ou para realização de atividades medicinais ao ar livre, tanto na vertente preventiva como curativa; - Por último, deixou algumas notas sobre a discussão ocorrida na última sessão acerca de um texto que o Sr. Vereador, Carlos Sérgio Negrão, escreveu: - Foi alegado que o texto é de autor, no entanto, sistematicamente em textos sobre assuntos municipais que escreve e em artigos diferentes, encontrou citações como, “o meu sentido de voto”, “a presença num cargo público em circunstâncias da oposição”, “na reunião de Câmara propus”, “Senhora Vereadora”, “Concelho”, “fruto das minhas funções de Vereador”, “apesar de ser Vereador do atual executivo”, “a responsabilidade de ser Vereador”, “a abstenção da bancada socialista da qual faço parte, na qualidade de Vereador”; - Não foi colocada nenhuma objeção à liberdade de expressão, apenas alertaram para as consequências e as leituras que poderiam ser feitas do texto, tendo também um Membro da Bancada do PS apelado à responsabilização; - Referiu que, do ponto de vista da lei, é a Assembleia que fiscaliza a atividade da Câmara e dos seus Vereadores, não o contrário, mas na declaração o mesmo escreveu que não reconhece legitimidade democrática ao Senhor Presidente da Assembleia. Acrescentou que, legitimidade democrática é aquela que resulta das eleições, tendo o mesmo sido eleito várias vezes para a Câmara, para Presidente da Assembleia e, dentro da Assembleia foi eleito Presidente. Finalmente, afirmou que a questão de abordar os assuntos e a forma pessoal têm de ser enquadradas, e recordando que,

não há muito tempo, a bancada do Partido Socialista quase crucificou os Presidentes de Junta de Freguesia do PSD por aquilo que faziam na sua vida privada em tempos de pandemia, citando António Costa, *“nem à mesa de um café o Ministro se pode esquecer que é Ministro”*, recordou que todos têm responsabilidades acrescidas. Concluiu que, com base nesse enquadramento, a sua intervenção se referiu ao agente político e às leituras do texto que podiam colocar em causa o bom nome de pessoas e instituições, não procurando nenhuma forma de qualificar o Sr. Vereador em causa.-

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual, após cumprimentar todos os presentes e desejar votos de um excelente 2023 debruçou-se sobre os seguintes assuntos: - Relativamente ao tema da saúde referiu que o PS sempre estará ao lado das soluções e nunca do problema, estando a trabalhar para encontrar uma solução que dê resposta aos reais problemas da população, pois quer contribuir e ajudar a melhorar a qualidade e o acesso aos cuidados de saúde, seja através do serviço básico de saúde, seja da consulta aberta; - Referiu que o Mercado Municipal, principalmente com tempo de chuva tem péssimas condições, varias vezes criticadas pelos utentes e pelos comerciantes, não sendo um problema novo e já colocado várias vezes na presente sessão. Questionou assim a Sr.^a Presidente da Câmara sobre o que pensa fazer para resolver aquele problema; - Relativamente à preocupação já demonstrada pelo Sr. Carlos Fernandes que tem a ver com o aumento dos custos da ERSUC e que vai pesar sobre o erário das famílias, referiu que foi dado como presente aos munícipes de Cantanhede nos últimos meses, um aumento da água de cerca de 30%, o que preocupa a todos, pelo que questionou a Sr.^a Presidente da Câmara sobre os motivos que estão por detrás daquele aumento; - Referiu um problema de escoamento de águas na Rua Capitão Martins, em Vila Nova de Outil, problema já antigo e que afeta pelo menos quatro habitações. Informou que, quando



chove muito, a água acumula na estrada e entra nas casas n.ºs 21, 23 e 25, uma delas ficando com a cave inundada. Acrescentou ter tirado fotografias e informou que, ainda na presente data, é visível os sacos de areia que são colocados nas portas daquelas casas para evitar que a água entre o que, não resolve o problema. Apelou, de seguida à Sr.ª Presidente da Câmara para visitar Vila Nova, levando alguns técnicos para estudar o problema, já antigo, e encontrar uma solução. Ainda relativamente a Vila Nova, referiu o mau estado em que se encontram as suas estradas. Acrescentou que, como já foi publicitado o início das obras, na estrada entre Lemedo e Arazedo, certamente Vila Nova vai ser muito frequentada como uma via alternativa de quem vem do Zambujal, dos Fornos, e de Arazedo; - Finalmente, relativamente ao Protocolo de cedência das instalações da Escola Primária de Vila Nova, já aprovado pela Câmara, informou que o nome da Associação é Bombarda e não Bónus Medieval, conforme consta do mesmo. Referiu, de seguida, existir uma discrepância relativamente à questão dos critérios para suporte das despesas dos imóveis porque tem conhecimento que no Protocolo celebrado a Associação Cantanhede Cycling, a mesma não irá suportar determinado tipo de despesas, ficando ao encargo da Câmara, ao passo que, a Associação Bombarda terá de suportar despesas de água, luz e gás. Acrescentou considerar muito benéfico que se dê uso e que se ocupem aqueles espaços, no entanto, tratando-se de duas instituições sem fins lucrativos, que estão a ocupar um espaço idêntico, uma antiga Escola Primária, gostaria de saber quais são os critérios que estão subjacentes à assinatura daqueles Protocolo para que uma Associação pague as suas despesas e a outra não.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, de novo, a palavra ao Sr. Primeiro Secretário da Mesa, José Maria Maia Gomes, o qual, respondendo à Sr.ª Áurea Andrade, esclareceu que a sua intervenção foi sobre participações da Segurança

Social nos acordos de cooperação, não tendo nada a ver com a ARS. Afirmou, de seguida, ser curioso que ao referir-se à ARS, tenha tentado transferir culpas ainda para o Governo de Passos Coelho, e na sua primeira intervenção sobre saúde, também se tenha referido aos 15 anos em que foi fechada a urgência básica de Cantanhede e à culpa que os vários governos tiveram, no entanto, desses 15 anos, 11 são do Partido Socialista. Recordou, que quem fechou a urgência básica do Hospital Arcebispo João Crisóstomo foi o então Ministro Correia de Campos, do Partido Socialista e que, quem se está a preparar para destruir o SNS e o Hospital Arcebispo João Crisóstomo e o Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro ao enquadrá-los no CHUC, também é o Partido Socialista. Finalizou a sua intervenção, afirmando que, quando os Hospitais forem integrados, passam a ser Hospitais de retaguarda dos Hospitais da Universidade de Coimbra.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Vereador Sérgio Negrão, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, afirmou não ser pessoa de se esconder e estranhou o facto de, na ata que foi aprovada na presente sessão, não se ter identificado claramente o texto do Vereador em causa. Esclareceu, de seguida, que o texto em causa, de sua autoria é o compilar de alguns documentos e alguns extratos de publicações que identificou, inclusivamente no Diário da República, dando-lhe a sua leitura particular. Acrescentando que aquele blog possa ser seguido por alguns dos presentes, afirmou ser sua intenção dar sempre a sua opinião, assumindo-a. Isso porque, tendo ou não cargos políticos, há uma missão que o acompanha, de dizer o que pensa enquanto político de missão e não como político de profissão. Afirmou que, sendo bom para a vida democrática é preciso haver legitimidade democrática para fazer essa análise, daí não compreender a teoria da legitimidade democrática que vem só das eleições e considerar ser um bocadinho

mais lato. Terminou a sua intervenção dizendo, com todo e total respeito por todos os presentes, em especial pelo Sr. Carlos Fernandes e pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, visados na sua intervenção na reunião do executivo, não retira uma virgula àquele texto.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, de novo, a palavra à Sr.ª Áurea Andrade, a qual, respondendo ao Sr. Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, recordou que, o Hospital dos Covões começou a ser desmantelado em 2011, até 2015, e a partir desse último ano está a ser reposto o que foi desmantelado naquela altura, apesar de alguns serviços altamente qualificados já não voltarem, porque não podem existir dos dois lados da margem do rio. Informou que, no momento, o Hospital dos Covões está com uma missão de cuidados de média e baixa diferenciação, com a cirurgia de ambulatório e o serviço de formação, entre outros e está a funcionar em pleno. Afirmou, de seguida que, se há Governo que está a fazer investimento na saúde, é o atual, porque nunca houve um orçamento tão grande para a saúde como o atual e recordou ainda que foi o Governo do PSD que, porque não havia verba ou não se queria contratar profissionais, passou o horário dos profissionais de 35 para 40 horas semanais, pagando-lhes o mesmo, o que foi reposto com o Governo do PS.

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual, afirmou rever-se nas palavras do Sr. Primeiro Secretário da Mesa, da Sr.ª Presidente da Câmara e do Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Relativamente ao problema existente na saúde, referiu que o PS está a governar com ideologia política e enquanto isso continuar, não vai a lado nenhum. Referiu ainda ficar um bocado surpreendido com a Sr.ª Áurea Andrade, pois estando ligada aos corredores do poder na área da saúde, poderia influenciar alguma coisa para Cantanhede, mas mantém uma posição completamente neutra, o que lamenta.-----



----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual, em jeito de resposta ao Sr. Vereador Sérgio Negrão, afirmou respeitar e valorizar a liberdade de expressão de todos, da mesma maneira que os Membros da Assembleia têm a mesma liberdade de expressão que às vezes parece que causa alguns ruídos, não se devendo confundir censura com escrutínio político, porque é isso que está em causa. Recordou que a lei diz expressamente que compete à Assembleia Municipal fiscalizar a atividade da Câmara e dos seus Vereadores e que pode apresentar moções de censura, sem efeitos práticos nenhuns, sobre o comportamento dos Vereadores. Voltou a frisar que, ninguém disse que não podia escrever o que escreveu, apenas que tem de ter cuidado com as possíveis consequências.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura deu, de novo, a palavra ao Sr. Vereador Sérgio Negrão, o qual referiu subscrever que o Sr. Carlos Fernandes possa ter um papel de escrutinar ou que possa apresentar uma moção de censura, mas não que lhe diga para ter cuidado, conforme ficou escrito em ata. Referiu ainda que, se não concorda com o que diz ou faz, que apresente queixas ou moções nos sítios certos, não daquela forma, pelo respeito de todos os presentes, que têm todos os mesmos direitos e deveres.-----

----- Respondeu o Sr. Carlos Fernandes, entender que o fez no sítio certo, na Assembleia, deixando como nota que, muitas vezes, o cidadão Carlos Sérgio Negrão ou o Vereador Carlos Sérgio Negrão, nos textos de opinião, demonstra extensas opiniões políticas sobre assuntos, sobre os quais na Câmara, não há evidência que as tenha.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de novo, a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual, referiu que o Sr. Carlos Fernandes tinha toda a legitimidade para dizer o que disse se

o Sr. Vereador estivesse presente, como não estava, perdeu toda a razão. Referiu ainda que, a democracia exige responsabilidade, pelo que deveria ter chamado o Vereador à Assembleia e dizer-lhe o que tinha a dizer, porque o princípio da liberdade de expressão está consagrado na Constituição e é para respeitar, por todos.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Carlos Fernandes, afirmando que, nunca os Vereadores do partido maioritário nesta ou na maior parte das outras Assembleias Municipais deixaram de ser questionados por não estarem presentes sobre um assunto, e que, da mesma maneira, sendo dever dos Vereadores estarem presentes nas reuniões da Assembleia Municipal, também é tradicional que os que não têm pelouros não o façam, independentemente do Partido. Acrescentou ter trazido o assunto logo na primeira sessão seguinte, não esperando 3 ou 4 meses por uma sessão, sem saber se o Vereador estaria ou não presente. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, de novo, a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual respondeu às questões colocadas: - Relativamente à questão da variante da Tocha, referiu que a obra irá ultrapassar os 4.000.000,00€. Informou que o levantamento está feito e que, no início do ano, será levado a reunião de Câmara a aquisição dos terrenos; - Relativamente à questão dos caminhos vicinais, referiu ser uma competência das Juntas de Freguesia e que, apesar de muitos municípios não darem qualquer apoio, o Município de Cantanhede tem equipas no terreno, seja em termos de tapete, seja em termos de apoio, estando mesmo protocolado. Informou, de seguida, que a Associação Nacional de Municípios vai discutir a Lei das Finanças Locais pelo que apelou aos Presidentes de Junta, no sentido de pressionarem a ANAFRE para propor uma distribuição das verbas mais justa, porque há freguesias muito urbanas a quem isto não toca e recebem milhões de transferência do Estado, devendo ser repensada a forma de afetação de verbas.



Acrescentou que, por muito que a questão da densidade populacional seja importante para a transferência dos fundos, as freguesias mais rurais e que têm uma área substancial em termos de caminhos, terão de ser apoiadas de uma outra maneira e as verbas terão necessariamente que aumentar; - Relativamente à questão da Feira de Cantanhede, informou que o pedido surgiu de um abaixo-assinado dos próprios feirantes, no sentido de serem compensados relativamente à feira no período da EXPOFACIC, altura em que poderiam faturar mais e não o puderam fazer. Acrescentou que, ao nível dos serviços, é péssimo porque é o dia em que os funcionários vão ter que fechar as contas e o ano, tendo que vir trabalhar no feriado para poderem colmatar algumas lacunas; - Relativamente ao vídeo promocional do município, referiu que, por muito que se pretenda mostrar o máximo das freguesias, não se consegue, podendo até o bom aspeto do vídeo ficar penalizado; - Relativamente à questão das infraestruturas e dos cabos, afirmou também não gostar, no entanto, por vezes há dificuldade para pôr subterrâneos, estando os serviços atentos para impedir que tal aconteça; - Relativamente à questão da ERSUC, informou ser um tema mais do que debatido em todas as áreas, sobretudo na Comunidade Intermunicipal. Referiu que o preço é arrasador, e que, na semana anterior à presente sessão, decorreu o Conselho Consultivo da ERSUC, onde esteve representada a INOVA, e onde de forma unânime, todos os municípios se manifestaram contra os aumentos. Acrescentou que, no momento, a decisão ainda não está tomada e está a ser intensificada toda uma pressão junto da ERSUC, pelo desacordo daquele aumento; - Relativamente à questão da água, referiu que o seu preço já devia ter sido aumentado há bastante tempo e que o Município continua a ter das águas mais baratas do país e de qualidade. Acrescentou que, a água e o saneamento são dois serviços que têm de ser autossuficientes e que, com o aumento do preço da energia,

o seu custo aumentou imenso na captação dos Olhos da Fervença. Acrescentou ainda que, no momento, a INOVA está a tratar de mudar o para outro tipo de fornecimento energético, para poder baixar a fatura da energia. Referiu finalmente que, por vezes, o que acontece é que a fatura total da água, com o saneamento e os resíduos, atinge valores que não espelham propriamente o preço da água, mas o seu aumento era incontornável e não havia alternativa; - Relativamente ao Mercado Municipal, referiu que o mesmo era e é um mercado ao ar livre, com as lojas à volta, tendo-se tentado proteger os seus clientes de forma a não andarem dentro do próprio mercado de chapéu de chuva. Acrescentou que, em termos de projeto, foi entendido que sendo um mercado, deveria haver uma proteção por cima de forma a proteger da chuva e, eventualmente, do calor. Acrescentou ainda que, se a chuva está forte e puxada a vento, ela entra, mas se se fechar tudo, acabarão por surgir outros problemas, passando a ser uma loja fechada e não um mercado. Afirmou que iriam analisar, sendo certo que, o que se pretende, é que seja um mercado que atraia pessoas e compradores e que os vendedores tenham o efeito que é pretendido, vender, naturalmente; - Relativamente à questão do escoamento de águas em Vila Nova, informou que irão analisar o que se passa relativamente à rua referida; - Finalmente, relativamente aos protocolos entre o Município, as Juntas de Freguesia e as Associações, referiu serem as próprias entidades a dar opinião sobre o que está em causa. Nuns casos será a Junta de Freguesia a assumir as despesas da água, noutros caso poderá ser a Associação, mas devendo sempre ser articulado com a Junta. Informou ainda que os serviços vão informar muitas das Juntas de Freguesia que ainda não mudaram os contadores para o fazerem, porque os protocolos são para cumprir. Solicitou, de seguida, que o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, pudesse dar uma explicação mais aprofundada sobre o assunto.-----



----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que todos os protocolos sempre tiveram e têm o mesmo critério, envolvendo apenas as Juntas de Freguesia ou de uma forma tripartida, as Juntas e as Associações. Referiu que, quando as escolas foram desativadas, houve um processo de aproveitamento no sentido de tirar as maiores sinergias daqueles equipamentos escolares, que têm uma grande relação de afeto para as pessoas, continuando a prosseguir o interesse público e a servirem para a dinamização de um conjunto de atividades que são do maior interesse para as comunidades. Referiu, de seguida, que há protocolos que tem históricos muito diferentes, e, enquanto o protocolo da Escola da EB1 da Pena é muito antigo e já estava em curso, foi agora revisto para a entrega a uma nova Associação. Já o protocolo com a Bombarda, é uma correção de outro protocolo antigo, sendo que, se há imprecisão no nome, tem que se ver com a própria instituição. Relativamente ao Protocolo, informou ser também de atualização, porque o edifício estava cedido à Junta da Freguesia e ao Clube União Vilanovense. Frisou que os Protocolos têm sempre o mesmo critério, são feitos com a Junta de Freguesia, que por sua vez cede a uma Associação, sendo que no caso concreto, como o Clube União Vilanovense, dispensou a utilização daquela Escola, chegou-se a um acordo e, foi feito um novo Protocolo com a Junta de Freguesia e a Bombarda. Acrescentou que, em todos os Protocolos, quem paga a água, a luz, as despesas, são as Juntas de Freguesia, conforme todos os seus presidentes sabem ou, no caso de entendimento entre elas e as Associações, que também são muito diferentes, porque umas têm sede, outras não, é acertado entre a Junta e a Associação, como diz o próprio Protocolo.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de novo, a palavra ao Sr. Tito Monteiro, o qual, informou existirem mais de 5 km de caminho vicinal, o que é muito para a Junta de Freguesia.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da União das Freguesias de Portunhos e Outil, Vitor Folgado, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, relativamente aos Protocolos, referiu que além do aspeto histórico, existe uma outra diferenciação. Esclareceu que, as Associações são completamente diferentes, independentemente do seu aspeto cultural ou desportivo e reúnem condições completamente diferentes. Existem Associações que têm a sua própria sede, outras nem sede têm e outras que estão em locais da pertença da Câmara Municipal através de Protocolo com as Juntas de Freguesia. Acredita assim que cada uma tem de ser tratada caso a caso, porque até há instituições que têm bares a funcionar com intuito lucrativo e de rendimento, que têm despesas de luz e água, enquanto outras, quase não têm custos, pelo que a Junta de Freguesia tem que pensar como apoiar às Associações caso a caso e não ver tudo da mesma forma. ---

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Arménio Alves, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, enalteceu a equipa de trabalho da comunicação e divulgação do Município, que relativamente à área do associativismo desportivo, tem feito excelente trabalho desde a altura pandémica. Referiu que, nas redes sociais, todas as semanas são feitas divulgações dos resultados desportivos dos Atletas, das Associações, dos Clubes, das Equipas, de todos os Agentes Desportivos envolvidos do Concelho, o que se torna como um ciclo, porque quem não consegue resultados desportivos, quer lá chegar, dando mais foco no trabalho dos atletas do Concelho, que são chamados às seleções regionais e nacionais, sendo uma mais-valia para o bom nome de Cantanhede. Acrescentou que se pode



considerar que o facto de existirem cada vez mais vertentes desportivas no Concelho, também é um fator importante para a fixação da população.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara»:**-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- Referindo que o **Ponto 2 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Despesas de manutenção da época balnear da Praia da Tocha 2022»**, o **Ponto 3 - « Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Construção da ciclovia das Berlengas – Revisão de preços»** e o **Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de anulação do subsídio atribuído à Freguesia de Murtede / Obras de ampliação do cemitério de Murtede»**, tratam de subsídios a atribuir às Juntas de Freguesia do Concelho, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura solicitou à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio que fossem apresentados em conjunto, sendo de seguida votados individualmente.-----

----- Interveio então a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informando que:

- O ponto n.º 2, refere-se ao apoio dado pela Junta de Freguesia da Tocha no apoio na manutenção do areal e de outras situações de pré-época balnear 2022, sendo o valor a atribuir de 5.667,39 €; - O ponto n.º 3, refere-se à obra da ciclovia das Berlengas que decorreu entre a vila e a Praia, lançada pela Junta de Freguesia e financiada pela Câmara, para a qual foi feita uma revisão de preços que levou a um valor adicional, sendo atribuído à Freguesia da Tocha o valor de 12.387,99€; - O ponto

n.º 4 destina-se a anular um subsídio que foi atribuído à Freguesia de Murte, para obras de ampliação no cemitério de Murte, no valor de 19.500,00€. Acrescentou que, se o Sr. Presidente da Junta, no próximo ano, repensar aquelas obras, eventualmente, poderá ser atribuído um outro subsídio.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, passou-se ao **Ponto 2 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Despesas de manutenção da época balnear da Praia da Tocha 2022”**, o qual, após votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 3 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Construção da ciclovia das Berlengas – Revisão de preços”**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. José Malta, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu ter-lhe chamado a atenção o facto de se estar a referir a uma revisão de preços de uma obra que, conforme refere o extrato da ata da reunião de câmara de 19 de dezembro, já está concluída, estando agora para votação uma proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha, pela totalidade do valor da revisão de preços solicitada pelo empreiteiro, 12.387,99€. Recordou, de seguida que a referida obra da Junta de Freguesia da Tocha, “Construção da Ciclovia das Berlengas por empreitada - 1ª fase”, anunciada em março de 2021 como sendo o primeiro troço da futura ciclovia que iria ligar a vila da Tocha ao Parque de Merendas das Berlengas. Acrescentou que a primeira fase de construção da ciclovia das Berlengas entre a Tocha e a localidade de Fonte Martel, previa-se estar concluída no prazo de 180 dias, ou seja, no início de outono de 2021, foi adjudicada por 191.231,00€ e foi integralmente paga pela Câmara Municipal de Cantanhede, que procedeu à transferência desse valor para a Junta de Freguesia da

Tocha, entidade que promoveu o respetivo concurso. Acrescentou ainda que, em 29/07/2021, o Município de Cantanhede anunciou a conclusão do primeiro troço da ciclovia que vai ligar a vila da Tocha ao Parque das Merendas das Berlengas, em direção à Praia da Tocha, o que significa que, entre a data de conclusão da obra, 28/07/2021 e a informação prestada em 12/12/2022 pelo adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência e aos Municípes referente ao pedido de revisão de preços no valor 12.387,99€, mediou um período de mais de 1 ano, o que parece um intervalo de tempo excessivo. Colocou, de seguida as seguintes questões: - Este tempo tão alargado é um caso único ou tem sido a prática comum neste tipo de situações? Em que data foi apresentada efetivamente pelo empreiteiro, ao dono da obra, o pedido de revisão de preços? A apresentação deste pedido de revisão de preços pelo empreiteiro, assim como a sua aceitação pela Junta ou Câmara Municipal, foi feita ao abrigo de que regime legal? Conclui a sua intervenção, afirmando pretender saber se, atendendo à data de conclusão da obra, foi cumprido o prazo legal para ser apresentado o pedido de revisão de preços pelo empreiteiro ao dono da obra e por isso ter sido aceite pela Câmara.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual confirmou que a obra era da Freguesia da Tocha, tendo sido financiada pela Câmara e acompanhada tecnicamente pelos seus serviços. Relativamente à revisão de preços, esclareceu que passou por vários serviços, nomeadamente pela Divisão Financeira, sendo impensável ter sido aceite se não cumprisse com os procedimentos legais. Acrescentou que, muitas vezes, a obra pode já estar fechada do ponto de vista da execução física, mas demora na parte da execução administrativa ou financeira, quer por atrasos no envio dos documentos da própria empresa para a Junta de Freguesia e de seguida para a Câmara, quer por



atrasos nos próprios serviços camarários. Finalmente, informou que, caso o pretenda, poderá ser fornecida toda a base legal relativa à revisão de preços, procedimento perfeitamente normal no dias que correm, face aos aumentos que têm surgido.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, José Manuel Cruz, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que a fatura chegou logo no início de funções do novo executivo, tendo sido uma surpresa. No entanto, apesar da obra ser da Junta de Freguesia, foi participada pelo município e o processo foi encaminhado para o Município. Afirmou, de seguida, confiar plenamente nos procedimentos levados a cabo pelos Serviços do Município, pois acredita que foi tudo feito dentro da legalidade.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 3 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Construção da ciclovia das Berlengas – Revisão de preços”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 4 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de anulação do subsídio atribuído à Freguesia de Murte de / Obras de ampliação do cemitério de Murte de”**, para o qual não houve qualquer pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 5 – “Apreciação, discussão e votação das minutas dos contratos de delegação de competências para o ano de 2023 a celebrar com os Diretores dos Agrupamentos de Escolas do Concelho”**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, solicitou que fosse o Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso a apresentar o assunto em causa.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso, o qual informou que: *“O Processo até à presente data desenvolveu-se de forma articulada, através de uma permanente e estreita colaboração e articulação entre os serviços municipais e os Diretores dos Agrupamentos de Escolas. Tendo por princípio uma lógica de partilha e complementaridade, os processos foram sendo geridos com respeito pela identidade e particularidade de cada unidade de gestão e da Câmara Municipal. O processo é reconhecido por todos como positivo, numa base de confiança e diálogo e reajustes permanentes. Trata-se de um processo dinâmico, em conformidade com os diversos momentos de monitorização, designadamente no ajuste de valores em causa, mitigando as diferenças entre os valores transferidos e os valores reais, numa lógica de neutralidade orçamental e das verbas a transferir com as respetivas competências, pese embora haja ainda componentes que necessitem de esclarecimentos, por exemplo as assistências técnicas. Pese embora as inúmeras dúvidas e preocupações com a implicação financeira deste processo nas contas do município, e áreas que ainda estão mal esclarecidas, e preocupações com alguns problemas que poderão decorrer desta ambiguidade, consideramos que há um aspeto muito positivo: a abertura, o diálogo, a disponibilidade, o acompanhamento permanente, o trabalho, e a enorme sensibilidade para em conjunto procurarmos as melhores soluções e fazer caminho sempre em termos de melhoria contínua. Sendo uma área tão importante e um processo complexo, fica esta nota de confiança que assenta num trabalho de monitorização permanente e em parceria com os responsáveis dos Agrupamentos, os Diretores.”*-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 5 – “Apreciação, discussão e votação das minutas dos contratos de delegação**



de competências para o ano de 2023 a celebrar com os Diretores dos Agrupamentos de Escolas do Concelho”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida ao Ponto 6 – “Apreciação, discussão e votação da autorização da assunção do compromisso plurianual do Concurso público para: “Locação operacional, em regime de renting de equipamentos de cópia, digitalização e impressão, subscrição de contratos de assistência técnica e remota de equipamentos do Município” – CP-CCP_ABS n.º 03/2023”.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, o concurso tem o valor de 214.992,00€, mais IVA a 23%, correspondendo 53.748,00€, mais IVA a 23% a cada ano, e a assistência técnica e o *renting* têm uma duração de 48 meses, ou seja, 4 anos, no período compreendido entre 01/01/2023 e 31/12/2026. Acrescentou que, como é plurianual, necessita da autorização da Assembleia Municipal.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o Ponto 6 – “Apreciação, discussão e votação da autorização da assunção do compromisso plurianual do Concurso público para: “Locação operacional, em regime de renting de equipamentos de cópia, digitalização e impressão, subscrição de contratos de assistência técnica e remota de equipamentos do Município” – CP-CCP_ABS n.º 03/2023”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida ao Ponto 7 – “Apreciação, discussão e votação da 5.ª revisão (alteração) orçamental modificativa ao orçamento da receita e da despesa e às grandes opções do plano para o ano de 2022”:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que: - Várias obras candidatas deslizaram

por diversos motivos, quer por dificuldade das empresas, quer por falta de materiais;

- Existem terrenos para vender, adquiridos na ordem dos 2.500.000,00€, os quais já têm compradores, mas que por diversas razões, as escrituras serão marcadas para o próximo ano. Concluiu que é proposta uma correção orçamental do lado da receita e da despesa no valor de cerca de 4.096.292,00€, deslizando para o próximo ano.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual, após referir que as revisões anteriores também se prendiam com cortes no orçamento, à exceção da primeira que consubstanciava um reforço, questionou se não terá havido algum mau planeamento.-----

----- Respondeu a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio que sendo o orçamento um documento previsional, há sempre situações ao longo do ano que têm de ser corrigidas. Deu como exemplo a obra da Escola Lima de Faria, que na 1.^a fase vai ultrapassar os 4.000.000,00€ mas que se prevê ir rondar os 6.000.000,00€ ou mais. Acrescentou que, numa determinada fase, teve de estar em orçamento com capitais próprios até que houvesse candidatura, mas como não houve candidatura, as verbas tiveram de ser retiradas. Referiu ainda que, como o concurso já abriu terão de lançar a verba até ao final do ano. Deu ainda como exemplo a venda de terrenos aos empresários que nem sempre são escrituradas na data prevista, por diversas razões, e os acertos têm que ser feitos. Referiu não ser uma coisa que goste de fazer, mas que tem de ser feita por vezes, para não condicionar o que pode acontecer nos anos futuros. Deu como exemplo as várias rúbricas criadas no orçamento apenas com 1,00€ à espera de candidatura para que não haja revisões para criar rubricas novas. Concluiu que, apesar de haver sempre revisões, há anos em que as coisas são mais complexas do que outras, sendo que no ano anterior e no corrente, o COVID, a guerra e a inflação, alteraram bastante a situação do orçamento, o que é incontornável.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 7 – “Apreciação, discussão e votação da 5.ª revisão (alteração) orçamental modificativa ao orçamento da receita e da despesa e às grandes opções do plano para o ano de 2022”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida ao **Ponto 8 – “Apreciação, discussão e votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2023”**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual referiu ter sido um orçamento muito difícil de se fazer e estar preocupada pela imprevisibilidade do que irá acontecer em 2023. Referiu todos saberem que a inflação está com os valores que está e que se encontram no final de um quadro comunitário, já no início de outro, com alguma imprevisibilidade. Acrescentou que essa imprevisibilidade torna difícil plasmar num documento a intenção existente em termos de obras, de apoio à cultura, ao desporto, ao associativismo, às escolas, à ação social, cujo valor está cada vez mais a aumentar, para que seja a orientação certa para o próximo ano. Esclareceu existirem rubricas que surgem no orçamento que não definem propriamente toda a atividade, tal como o Turismo que é transversal a várias rúbricas muito próprias dos consumos diretos daquela área, tais como uma melhoria numa praia ou uma intervenção num prédio com questões culturais importantes. Deixou uma nota de apreço a todos os serviços na pessoa do Sr. Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal, José Negrão, pois reconhece a grande dificuldade que foi gerir o orçamento do corrente ano, tal como foi fazer o do próximo ano. Confirmou que todas as regras e procedimentos orçamentais foram cumpridos e referiu que face à imprevisibilidade do que irá acontecer, com a guerra e os seus efeitos, e que o COVID não volte a

trazer para o Concelho as implicações dos dois últimos. De seguida, com o auxílio de uma projeção, apresentou detalhadamente o Orçamento e as Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2023, no valor de 41.075.758,00 €. Finda a apresentação, referiu que o orçamento vai naturalmente sofrer alterações durante o ano, podendo significar que as candidaturas foram aprovadas e que houve necessidade de o alterar. Referiu que, no momento, a Divisão de Estudos e Projetos, e a Divisão Financeira, em articulação com a Educação e Ação Social, estão a trabalhar nestas duas áreas muito específicas, uma vez que os avisos estão a surgir. Referiu ainda, que aquelas equipas tiveram de ser reforçadas porque quer em termos de especialidades, quer em termos de contratação, tudo é assegurado pelos serviços, devendo ser feita justiça pela forma como se empenharam, percebendo o que está em causa nos próximos anos, decisivos para Cantanhede. Finalizou a sua intervenção, referindo que ninguém sabe o que irá acontecer quando, felizmente, a guerra na Ucrânia terminar, mas já se perspectiva que o país vai ter obrigatoriamente de ter apoio Internacional e que a Europa vai contribuir para o seu renascer, decerto com penalizações para os países e para os municípios que neste momento estão a receber fundos comunitários.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual colocou as seguintes questões: - Relativamente a uma rubrica com 273.212,00€, referente a estudos e pareceres e projetos de consultoria, qual a necessidade do Município em recorrer ao exterior, se tem técnicos qualificados nas mais várias áreas, nos seus Departamentos? – Se a obra do Parque Desportivo de Cantanhede será concluída dentro do tempo agendado, ou seja, os 700 dias ou, se se prevê alguma derrapagem na realização da obra? – Como a Escola Básica Marquês de Marialva está a ser comparticipada com aproximadamente 1.262.000,00€

e a Lima de Faria, com 2.400.000,00€, se esse capital é da Câmara ou se há alguma comparticipação do Estado? – Relativamente à ABAP, recordou que no último relatório do revisor oficial de contas era referido que a ABAP não tinha atividade, no entanto, a ABAP admitiu um administrador executivo e mais dois técnicos de contabilidade, mantendo o pessoal que já tinha. Acrescentou constar do quadro dos subsídios à exploração, que, 15.000,00€ foram transferidos pela Câmara Municipal para a ABAP e 30.000,00€ foram transferidos pela BIOCANT para a ABAP, num total de 45.000,00€. Referiu ainda um quadro existente na página 120, no qual constam vários valores negativos, culminando com um saldo positivo de 14.000,00 €, não percebendo de onde vem esse saldo positivo. -----

----- Interveio de novo a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, respondendo às questões colocadas da seguinte forma: - Relativamente à necessidade de recorrer a serviços externos, referiu que se tem tentado fortalecer as equipas, no entanto, face a algumas exigências feitas para os projetos em termos de especialidades, a Câmara não tem esse tipo de estrutura, tendo que contratualizar no exterior; - De acordo com os serviços da fiscalização, a obra do Parque Desportivo de Cantanhede, está dentro dos prazos previstos para a sua conclusão; - Relativamente à Escola Lima de Faria e à Escola Marquês de Marialva referiu tratarem-se de duas situações diferentes: - A EB 2,3 Marquês de Marialva já está na segunda parte mas ainda necessita de outra destinada à parte envolvente e ao Pavilhão. Recordou que a primeira fase foi negociada com o anterior Presidente da Câmara, atual Presidente da Assembleia, apesar de ser uma intervenção do Estado, ao qual o Município se substituiu, com um fundo comunitário financiado a 85% do elegível, sendo os 15% assumidos pelo Estado. Acrescentou que o Município, entendendo ser uma boa aposta porque tinha a ver com as crianças do concelho, os seus professores e os funcionários da Câmara,



entendeu assumir outro tipo de despesas, nomeadamente, a colocação dos contentores para as crianças terem as aulas, a colocação de casas de banho e a parte elétrica, que não são candidatáveis, sendo um enorme encargo para o orçamento municipal; - Relativamente à Escola Lima de Faria, referiu que já deveria ter tido uma intervenção há largos anos, pois está numa situação muito má e que o Estado nunca lá fez qualquer intervenção. Acrescentou estar considerada na prioridade 2, podendo agora ser candidata, sendo que, na delegação das competências está assumido que aquelas obras são assumidas a 100% pelos fundos comunitários ou pelo Estado, ficando o Município sem qualquer encargo neste tipo de intervenção. Referiu que, face à incerteza do aviso excecional que foi agora lançado, com uma comparticipação de 85%, será solicitado o pagamento dos 15% em falta, para ter a cobertura a 100%, e que, enquanto a candidatura não estiver aprovada, o valor terá de constar no orçamento, sendo retirado após a aprovação da candidatura; - Relativamente à ABAP, afirmou que as contas estão certas, pois foram auditadas e indicam que não há prejuízo, é porque efetivamente, não há prejuízo. Informou, de seguida, que se concluiu que as duas entidades ABAP e BIOCANT se devem manter e serem repensadas. Recordou que a ABAP tem vários associados, entre eles vários municípios e algumas entidades locais em termos associativos, cujo entendimento foi avançar para outra lógica, como fazer o próximo plano estratégico do município, e depois para os outros municípios e para a região. Recordou ainda que de acordo com o Protocolo celebrado, quem estava a assumir a parte administrativa e financeira era o BIOCANT S.A., mas vai terminar, o que leva a que se tenha de meter mais pessoas para fazer aqueles serviços, assumindo a ABAP os encargos. Informou ainda que o BIOCANT Associação vai ter outro tipo de vertente, naturalmente mais ligada para a investigação, para a divulgação do Parque, para a promoção da ciência junto das

escolas e também junto dos municípios limítrofes. Informou ainda que o Presidente do Centro de Neurociências foi nomeado administrador do BIOCANT, perspetivando-se que irá fazer outro tipo de abordagem de forma que a investigação, a ciência e a tecnologia sejam cada vez mais divulgados e incentivados, sempre com ligação evidentemente ao BIOCANT S.A. Voltando às contas, afirmou ser evidente que estão certas e que não há prejuízo, estando tudo contabilizado de forma a que os valores estejam perfeitamente equilibrados e definidos, no entanto irá analisar o assunto.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Ulisses Salvador, acrescentando, em jeito de reflexão, que o Revisor Oficial de Contas alerta para algumas situações no ponto n.º 9, o qual citou: *“adicionalmente alertamos para as seguintes situações: a) frequentemente os acontecimentos futuros não corre de forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes e, b) a atual conjuntura económica incorpora elementos de imprevisibilidade substancialmente complexos, os quais o instrumento de gestão previsional, objeto deste relatório, se encontra particularmente exposto, pelo que é recomendável que todas as provisões assumam uma visão cautelosa e conservadora dos acontecimentos que lhes são subjacentes.”*-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 8 – “Apreciação, discussão e votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2023”**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 22 votos a favor, 9 votos contra e 1 abstenção.-----

----- Após a votação, o Sr. Ulisses Salvador informou que o seu voto favorável se deve ao facto de ter ficado suficientemente esclarecido.-----

----- Após a votação o Sr. José Malta apresentou uma declaração de voto subscrita pelos elementos da bancada do PS, do seguinte teor: *“Proposta do Orçamento da*



Câmara Municipal para o ano 2023. Os Deputados desta Assembleia Municipal, eleitos pelo Partido Socialista, concordam que a elaboração do Orçamento e Grandes Opções do Plano, seja um exercício difícil, devido à elevada incerteza e imprevisibilidade resultante da situação externa, nomeadamente, em consequência dos efeitos negativos que a guerra na Ucrânia provoca na economia nacional, assim como outros fatores que condicionam a atividade do Município, como será a circunstância de este ver alargado o seu leque de competências transferidas da Administração Central - “como de resto se constata pelo aumento da despesa corrente” - mas ao que corresponde um aumento significativo das receitas correntes, sendo superior às despesas correntes em 4.496.477,00€, estando ainda a ser revistos os montantes que as autarquias vão receber para exercer essas competências transferidas. Atendendo a que o país está a recuperar de uma forte crise económico financeira, fruto da pandemia, que teve graves consequência no custo de vida, tanto do lado do consumo, como do lado dos cortes salariais ou diminuição dos rendimentos, é nosso entendimento que caberá também aos Municípios, em conjunto com as Instituições Sociais e em colaboração com o Governo, ajudar os seus munícipes e as suas famílias, uma vez que são quem está mais próxima dos cidadãos. Da análise que fizemos ao documento, verificamos que no que se refere ao cumprimento da Regra do Equilíbrio Orçamental para 2023, é apresentada uma poupança de 3.983.54,00 €, valor substancialmente superior aos 3 anos anteriores em que vigora o RFALEI, que é o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, o qual resulta da diferença das Receitas Correntes para as Despesas Correntes no valor de 4.496.477,00 €, confirmando-se assim que a Câmara Municipal de Cantanhede dispõe de condições orçamentais bastante favoráveis, pelo que, solidariamente deveria ir ao encontro das dificuldades que os munícipes já estão

a sentir, e que muito provavelmente se irão agravar durante o ano de 2023, devendo este Município reduzir os seus impostos, IMI, IRS e Derrama. Continuamos a constatar que a Agricultura continua a ser um parente pobre, demonstrado pelo valor que lhe é atribuído no orçamento (83.920,00€), não obstante ser reconhecida como um setor bastante forte e importante para o concelho, que carece de uma forte aposta de revitalização e reorganização. O mesmo se pode verificar no âmbito do Turismo. Apesar das condições existentes no concelho para que este sector, a exemplo do que acontece a nível nacional, seja determinante no desenvolvimento do território, uma dotação orçamental de 35.751,00€, demonstra claramente que esta não é uma das prioridades deste documento, nem deste Município. Para a consolidação de um processo de desenvolvimento económico e social do Município, a execução do Orçamento terá ainda de ter em conta, as condições de vida de TODAS as suas populações, não deixando a descoberto em favor da cidade, as freguesias com as suas sentidas carências ou o inverso. Os Deputados abaixo-assinados, perante o exposto e mantendo uma lógica de coerência em relação ao que foi assumido no Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2022, tendo em conta que as observações feitas à data, genericamente não foram consideradas neste documento, votam CONTRA este Orçamento e GOP 2023."-----

----- Também o Sr. Carlos Fernandes, apresentou uma declaração de voto subscrita pelos elementos da bancada do PSD, do seguinte teor: "A elaboração dos documentos provisionais do município, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano consistem num exercício manifestamente difícil e complexo, com o excelente trabalho técnico, deve antes de mais ser elogiado. Trata-se de uma tarefa de grande dimensão abrangida por diversas condicionantes legais, com elevado número de variáveis envolvidas e que abrange componentes multifatoriais que concorrem para mesmo em



condições ideais, tornar este processo moroso e difícil. Por outro lado, não pode deixar de se registar que há um contexto global de pessimismo em relação à evolução da economia, com abrandamento do crescimento económico, uma inflação elevada e um clima de elevada incerteza, sujeito sobretudo a ameaças de origem externa. Assim deixam-se as seguintes notas, partilha-se a visão de prudência enunciada pelo Revisor Oficial de Contas, que especifica, “mesmo que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem de forma esperada, pelo que resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes,” adianta, acrescentando, que “a atual conjuntura económica incorpora elementos de imprevisibilidade substancialmente complexos aos quais o instrumento de gestão previsional objeto deste relatório se encontra particularmente exposto, pelo que é recomendável que todas as previsões assumam uma visão cautelosa e conservadora dos acontecimentos que lhe são subjacentes.” O orçamento para 2023 ultrapassa os 41.000.000,00 de euros em linha com o orçamento de 2022 e bastante acima dos valores dos anos precedentes, o que reflete, por um lado, a assunção de novas competências transferidas do Estado Central e, por outro, a necessidade de manter a atividade corrente que garanta a funcionalidade dos serviços, assim como realizar as obras e investimentos necessários à coesão territorial e ao bem-estar das populações, fatores que concorrem para tornar a gestão mais complexa e difícil. A este propósito e como tem sido reiteradamente reivindicado pelo município de Cantanhede, a autonomia financeira das autarquias dependerá sempre da disponibilização de recursos financeiros para assegurar as funções que lhe foram atribuídas. Neste âmbito não pode deixar-se de denotar que o total das transferências correntes e de capital diminuiu significativamente, mas só as despesas com pessoal, por força do aumento do pessoal, das atualizações salariais e da subida do salário

mínimo, sobem cerca de 2.000.000,00 de euros. Dentro do que são os princípios recomendados pelo ROC, pela incerteza existente e pelos próprios normativos contabilísticos da administração pública, regista-se como positiva a poupança corrente que é estimada em cerca de 4.500.000,00 de euros. Já a regra do equilíbrio orçamental, indicador de referência para aduzir o ajustamento da despesa, a receita certa e permanente dos municípios, com vista à promoção da sua sustentabilidade financeira, sobe significativamente de 1.300.000,00 euros para 3.900.000,00 de euros, o que não traduz grande alteração na proporção entre receitas correntes e despesas correntes, sendo antes um reflexo de uma diminuição significativa das amortizações por força da conclusão de 3 empréstimos. Denota-se ainda que não há qualquer agravamento fiscal por parte do município, que mantém a sua participação nos impostos de taxa variável, bem como os apoios que já estavam vigentes, como a redução do IMI para famílias com dependentes a cargo ou isenção de derrama para empresas cujo volume de negócios no ano anterior não tenha ultrapassado os 150.000,00 euros. Num cenário de tão grande incerteza não é fácil equilibrar sustentabilidade, desenvolvimento e coesão, mas com a devida adaptação à realidade municipal, recorda-se o enunciado no orçamento de Estado deste Governo para 2023, “o desenvolvimento e contas certas permitem proteger mais e melhor agora, preparando e robustecendo a economia para o futuro.” Não se pode também deixar de destacar a grande capacidade desta Câmara Municipal em captar importantes financiamentos para o município o que encontra repercussão nos 31 projetos financiados que tem receita prevista em 2023 e que abrangem coisas tão diversas como ampliação e remodelação de escolas, requalificações urbanísticas, programação cultural, capacitação e modernização administrativa entre outros, aos quais acrescem 7 a aguardar decisão e todos os outros que possam vir a ser



candidatados. Destaque também para as funções sociais, que representam 56% das grandes opções do plano, valor que sobe tanto em termos absolutos como em peso relativo, o que demonstra o grande cuidado do executivo com a educação, a saúde, a ação social, o ambiente e a cultura, entre outros aspetos. Pelo exposto, a bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede vota favoravelmente o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2023.” Após a leitura da Declaração de Voto, alertou que na declaração de voto do PS é referida uma verba para o Turismo que não encontra repercussão no documento por tratar-se de uma verba parcial apenas para os Postos de Turismo, sendo a verba efetiva 3 ou 4 vezes superior. Considerando que tal facto não altera a fundamentação política de fundo do PS, sugeriu que o valor em causa fosse corrigido.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 9 – “Apreciação, discussão e votação da proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o Ano de 2023”.**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que a proposta do mapa de pessoal para 2023 contempla 493 postos de trabalho ocupados por tempo indeterminado, 10 ocupados a termo resolutivo certo e 3 a termo resolutivo incerto. Esclareceu que estes últimos dizem respeito a concursos que decorriam nas escolas para substituição de pessoas que estavam a faltar, daí o termo “incerto”. Referiu não ser uma solução de que gosta, mas que pode ser mais facilitadora, não acarretando tantos encargos em termos de pessoas efetivas. No entanto, por causar transtorno do ponto de vista social e profissional de cada pessoa, enquanto o puder, na Câmara não utilizará aquele tipo de concurso. Como também foram inseridos os funcionários das escolas, esclareceu que os números apresentados incluem 145 postos de trabalho ocupados por tempo



indeterminado nas escolas, incluindo os 3 ocupados a termo relativo incerto, 47 propostas de recrutamento a tempo indeterminado e 5 a ocupar com mobilidade intercarreiras. Informou, de seguida que, aqueles lugares apesar de não estarem ocupados, têm de estar já no quadro de pessoal, porque há pessoas que vão para a aposentação. Acrescentou que, nas próprias escolas já houve esse levantamento, mas não se sabe qual será o impacto com a transferência de competências nas áreas da Ação Social e da Saúde. Referiu que o Município de Cantanhede, indo ao encontro das propostas apresentadas pelos sindicatos, foi dos poucos municípios que cedo celebrou um acordo coletivo de trabalho com o SINTAP e o STAL. Referiu ainda que, relativamente à possibilidade dos Assistentes Operacionais poderem usufruir de um subsídio adicional de Penosidade e Insalubridade, que conforme a Lei, inicialmente isto era mais vocacionado, por exemplo, para os funcionários do Cemitério, foi entendido que deveria ser extravasado para outras áreas, nomeadamente na questão do Canil e do Gatil, onde lidam diariamente com animais, mas também na questão de colocação do tapete, porque trabalham num ambiente com elevadas temperaturas.---

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 9 – “Apreciação, discussão e votação da proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o Ano de 2023”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 10 – “Relação das Isenções das Taxas Municipais concedidas / 2.º semestre de 2022 pela Câmara Municipal de Cantanhede”**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que de 7 de junho a 5 de dezembro, as isenções concedidas pela Câmara ascenderam a 13.342,50€, o que acrescido ao valor do semestre anterior

22.017,74 euros, perfaz o valor total de 35.360,24€. Por ser um dia especial e uma Assembleia Municipal já muito tardia no mês e na hora, convidou todos os Membros da Assembleia a fazer um brinde no final da reunião para comemorar o Concelho de Cantanhede e desejou boas festas para todos e suas famílias.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, não tendo havido inscrições.-----

----- Finalmente, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura desejou a todos um Feliz Natal e um Ano de 2023 cheio de sucessos profissionais e pessoais e, sendo 19h20 horas, deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

----- O Presidente: 

----- O Primeiro Secretário: 

----- A Segunda Secretária: 